



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2015**

Brasília, julho de 2016.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa/TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, e da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Unidade Consolidadora: Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais

Unidades Consolidadas: Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

Brasília, julho de 2016.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da SFRI no exercício 2014.....	12
Quadro 2 – Detalhamento do Macroprocesso Finalístico: Desenvolvimento Regional	16
Quadro 3 – Desempenho dos Fundos Regionais no período de 2012 a 2015.....	21
Quadro 4 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da SFRI	24
Quadro 5 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	24
Quadro 6 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	25
Quadro 7 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	25
Quadro 8 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas	26
Quadro 10 – Força de Trabalho da SFRI	30
Quadro 11 – Distribuição da Lotação Efetiva na SFRI.....	30
Quadro 12 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na SFRI	31
Quadro 13 – Custos do Pessoal	32
Quadro 14 – Quantitativo de Servidores na SFRI de 2013 a 2015	33
Quadro 15 – Quantitativo de Estagiários na SFRI em 2015	33
Quadro 16 – Resultados do Exercício de 2015	35
Quadro 17 – Índice de Acompanhamento de Projetos – IAP	35
Quadro 18 – Índice de CEI – IC.....	36
Quadro 19 – Índice para Processos Apuratórios Concluídos – IAC	37
Quadro 20 – Índice de Eficiência da Carteira – IEC.....	38
Quadro 21 – Deliberações do TCU: Acórdão 3564/2014	44
Quadro 22 – Deliberações do TCU: Acórdão 3931/2014	44
Quadro 23 – Deliberações da CGU: Recomendação 12138	45
Quadro 24 – Deliberações da CGU: Recomendação 138014	45
Quadro 25 – Deliberações da CGU: Recomendação 138018	46
Quadro 26 – Deliberações da CGU: Recomendação 138020	46
Quadro 27 – Deliberações da CGU: Recomendação 138021	47
Quadro 28 – Deliberações da CGU: Recomendação 138022	47
Quadro 29 – Deliberações da CGU: Recomendação 138024	48
Quadro 30 – Deliberações da CGU: Recomendação 138027	48

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Carteira do Finam.....	42
Gráfico 2 – Carteira do Finor	42

Lista de Abreviações e Siglas

A

Acordo de Cooperação Técnica – ACT

Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM

B

Banco do Brasil S.A. – BB

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

C

Condel – Conselho Deliberativo

Conselho Monetário Nacional – CMN

Controladoria-Geral da União – CGU

Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise – CGAC

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP

Coordenação-Geral de Instrução de Processos – CGIP

Coordenação-Geral de Suporte Logístico – CGSL

D

Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional – DGI

Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP

Determinação Normativa – DN

Diário Oficial da União – DOU

Dívida Ativa da União – DAU

E

Escritório de Processos – EP

F

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE

Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam

Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR

Fundos Constitucionais de Financiamento – FCF

G

Gerência Regional de Belém – GRB

Gerência Regional de Recife – GRR

Grupo de Trabalho – GT

Guia de Recolhimento da União – GRU

I

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

M

Medida Provisória – MP
Ministério da Fazenda – MF
Ministério da Integração Nacional –MI
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG

O

Órgão de Controle Interno – OCI

P

Plano de Trabalho – PT
Plano Plurianual – PPA
Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Q

Quadro de Pessoal Permanente – QPP

R

Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil – REAFC
Relatório de Gestão – RG

S

Sistema de Acompanhamento Financeiro dos Incentivos Fiscais – SAFIN
Secretaria-Executiva – Secex
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB
Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR
Secretaria Federal de Controle Interno – SFC
Sistema de Pessoal Civil da União – SIPEC
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

T

Tribunal de Contas da União – TCU

UPC

Unidade Prestadora de Contas

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	9
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
2.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da SFRI	11
2.3. Organograma	12
2.4. Macroprocessos finalísticos	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	17
3.1. Planejamento Organizacional	17
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	18
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	18
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	18
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
3.3. Desempenho Orçamentário	20
3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	20
3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	22
3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	22
3.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	22
3.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores	22
3.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos	22
3.3.7. Informações sobre a execução das despesas	22
3.4. Desempenho Operacional	22
3.5. Renúncia de Receitas sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela SFRI	23
3.5.1. Valores Renunciados e Contrapartida	24
3.5.2. Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	25
3.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia	25
3.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	26
4. GOVERNANÇA	27
4.1. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	27
4.2. Gestão de riscos e controles internos	27
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	28
5.1. Canais de acesso ao cidadão	28
5.2. Carta de serviços ao cidadão	28
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	28
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	28
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	29
6.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	29
6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	29
6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	29
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	30
7.1. Gestão de Pessoas	30
7.1.1. Estrutura de Pessoal da SFRI	30
7.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	32
7.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	33
7.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	33
7.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	33
7.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	33
7.3. Gestão da Tecnologia da Informação	33

7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade	34
7.5. Gestão de Fundos e de Programas	34
7.5.1. Dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor)	34
7.5.1.1. Identificação, natureza, legislação aplicável aos Fundos	34
7.5.1.2. Objetivo e desempenho dos Fundos	34
7.5.1.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados	39
7.5.1.4. Relacionamento dos recursos dos Fundos com a atuação da unidade no desempenho de suas funções	41
7.5.1.5. Demonstrações contábeis dos Fundos	43
7.5.2. Dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO)	43
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	44
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	45
8.2. Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno	45
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	49
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993	49
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	49
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda	49
9. ANEXOS	50
I. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	50
II. Parecer sobre o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2015	64
III. Parecer sobre o Relatório de Resultados e Impactos do FNE, referente ao exercício de 2015	70
IV. Parecer que trata do Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do FCO, no exercício de 2015	76
10. RELATÓRIO DO BANCO OPERADOR DE RECURSOS DOS FUNDOS	83
10.1. Relatório de Gestão do Finam, elaborado pelo Banco da Amazônia	83
10.2. Relatório de Gestão do Finor, elaborado pelo Banco do Nordeste	105
11. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	154
12. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	155

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão permite a esta Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais apresentar os resultados alcançados no exercício de 2015.

Destaca-se o avanço no que se refere ao projeto de desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, que permitirá o acompanhamento sistemático das aplicações dos recursos dos Fundos Regionais, à implantação do Sistema de Normas e Acompanhamento de Instrumentos Normativos, que permitirá consultas rápidas às normas desses Fundos e a construção de novos módulos do Sistema de Acompanhamento Financeiro dos Incentivos Fiscais (SAFIN), que auxiliará no acompanhamento dos Projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor)

Ressalte-se que o Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP) estabeleceu modelo de gestão aprimorado quanto ao acompanhamento dos Fundos Regionais, principalmente, no que se refere aos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste, como uma das principais realizações do Departamento, visando ao saneamento da carteira de projetos, por intermédio da emissão do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, quando da conclusão da implantação do projeto, ou por cancelamento dos incentivos que ocorre quando um projeto se revela inviável por fatores supervenientes de natureza técnica, econômica, financeira, mercadológica ou legal ou quando na aplicação dos recursos dos fundos caracteriza-se desvio por não se ter realizado essa em estrita consonância com os objetivos do projeto e em conformidade com todas as cláusulas condicionantes quando da sua aprovação.

As ações desenvolvidas no exercício de 2015, em grande medida, resultarão em bens e serviços no médio e longo prazo, por se tratarem de ações de gestão que requerem certo tempo de maturação entre os atores envolvidos.

Foi possível desenvolver o estreitamento da relação com os Bancos Operadores (Banco do Nordeste – BNB e Banco da Amazônia), Superintendências Regionais e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) aprimorando o conhecimento dos processos realizados nessas instituições e que contribuíram para o efetivo reforço da aplicação dos instrumentos financeiros para o desenvolvimento regional e recuperação de recursos inadimplidos.

Em relação aos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste, inovou-se no processo de gestão das carteiras de projetos utilizando boas práticas de acompanhamento e controle, estreitou-se a relação com as Gerências Regionais a fim de alinhar diretrizes e procedimentos, otimizando o andamento dos processos.

Quanto ao acompanhamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDCO, FDNE e FDA), foi implementado um Fórum Trimestral entre a SFRI, Superintendências Regionais e Bancos Operadores dos Fundos, a fim de compartilhar informações entre as áreas; avaliar dados, informações, documentos e propostas; discutir oportunidades de melhoria na administração dos fundos e permitir ao MI/SFRI um protagonismo maior nas competências que lhe cabem.

No que se refere ao Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos (DPNA) esse, dentre outras atividades, atuou na proposição de normas relacionadas aos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), definindo diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e dos Benefícios e Incentivos Fiscais voltados para o Desenvolvimento Regional, em consonância com a Política e os Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento.

Por fim, o conteúdo do presente documento está apresentado conforme estrutura definida na Portaria - TCU nº 321/2015, entretanto, alguns itens não se aplicam a realidade desta Secretaria, conforme descrito abaixo:

- Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentários e Operacional
 - Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
 - Restos a pagar de exercícios anteriores
 - Execução descentralizada Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Áreas Especiais da Gestão:
 - Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
- Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle:
 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por dano ao erário
 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993
 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Cabe ressaltar que a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais ficou isenta do julgamento de contas de 2015, pelo Tribunal de Contas da União, de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 147/2015.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Neste capítulo serão apresentados os elementos identificadores da SFRI: finalidades e competências, normas e regulamentos, organograma e a descrição dos macroprocessos finalísticos.

2.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI, órgão específico e singular, integrante da estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional - MI, tem como responsabilidade institucional uniformizar procedimentos, critérios e prioridades na aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, atualizar os instrumentos de financiamento existentes, prospectar novas fontes de recursos e oportunidades voltadas para a redução das desigualdades regionais.

Ainda, tem como missão viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, em sintonia com os objetivos estratégicos do Ministério.

Desempenha as competências dispostas no Decreto nº 8.161, de 18/12/2013, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional – MI, conforme segue:

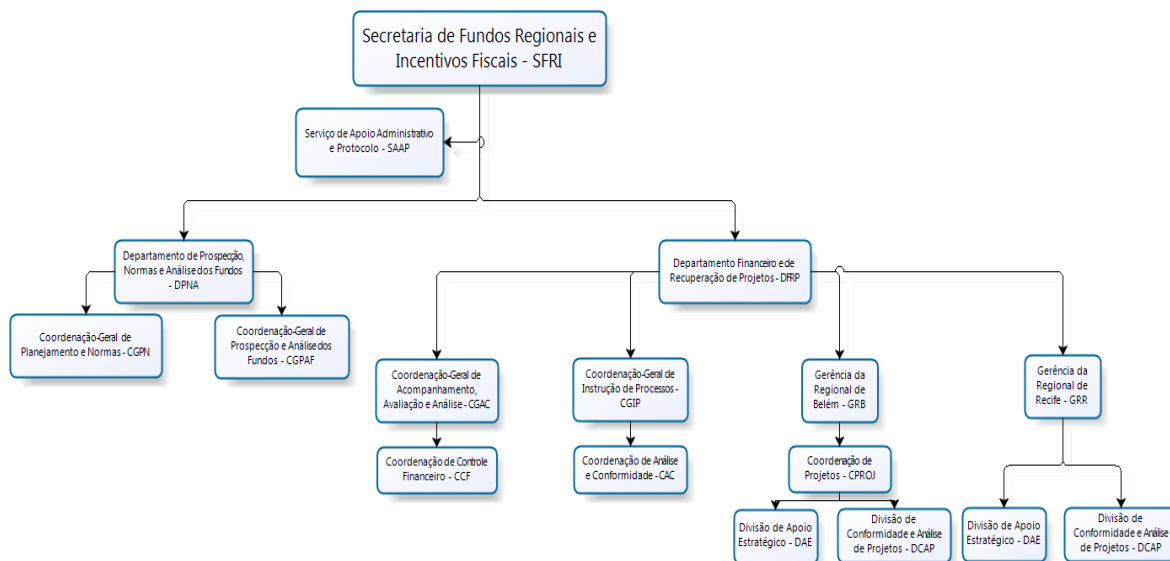
- Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos da política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse do desenvolvimento regional;
- Propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento;
- Propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e
- Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da SFRI

A SFRI teve sua estrutura regimental aprovada por meio do Decreto nº 8.161, de 18/12/2013: aprova a Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração Nacional e remaneja cargos em comissão e da Portaria nº 270, de 28/07/2014: aprova o Regimento Interno do Ministério da Integração.

2.3. Organograma

O organograma abaixo representa a estrutura formal da SFRI.



Powered by
bizagi
Modeler

Fonte: Decreto nº 8.161/2013

No quadro abaixo, serão demonstradas as competências das áreas que integram a SFRI, bem como os seus titulares responsáveis e os respectivos períodos de atuação.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas da SFRI no exercício 2014

Subunidades Estratégicas	Competências das Subunidades Estratégicas	Nome do Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos da política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse do desenvolvimento regional; Propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento; Propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e	José Wanderley Uchoa Barreto	Secretário-Interino	01/01/2015 a 20/02/2015
		Raphael Rezende Neto	Secretário	20/02/2015 a 31/12/2015

	dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.			
Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos	Realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos de política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse ao desenvolvimento regional e propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.	José Wanderley Uchoa Barreto	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Planejamento e Normas	Propor adequação, atualização e uniformização de procedimentos relativos à legislação que trata da regulamentação dos Fundos Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais.	Frederico Guilherme Livino	Coordenador-Geral	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Prospecção e Análise dos Fundos	Elaborar estudos e analisar propostas com vistas à prospecção de novas fontes de financiamento ao Desenvolvimento Regional ou alternativas de utilização dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais.	Carlos Henrique Rosa	Coordenador-Geral	01/01/2015 a 31/12/2015
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos	Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.	Maurílio Alves Barcelos	Diretor	01/01/2015 a 09/02/2015
		Joaquim Alfredo da Cruz Filho	Diretor	09/02/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise	Acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira dos Fundos Regionais, dos benefícios e incentivos fiscais, em articulação com os Órgãos de Desenvolvimento Regional.	Marina Servato Ferreira	Coordenadora-Geral Substituta	01/01/2015 a 06/02/2015
		Maurilio Alves Barcelos	Coordenador-Geral	06/02/2015 a 16/06/2015
		Bernadete Maria Pinheiro Coury	Coordenadora-Geral	16/06/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Controle Financeiro	Manter banco de dados sobre as informações econômicas anuais dos projetos implantados dos Fundos de Investimento, para fins estatísticos e de avaliação econômica.	Marina Servato Ferreira	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2015
Coordenação Geral de Instrução de Processos	Emitir parecer sobre a conformidade da instrução dos processos dos Fundos de Investimentos submetidos à deliberação do Diretor.	Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula	Coordenador-Geral	01/01/2015 a 20/07/2015
		Ana Paula Gomes Dias Cunha	Coordenadora-Geral Substituta	20/07/2015 a 27/10/2015
		José Wellington dos Santos	Coordenador-Geral	27/10/2015 a 31/12/2015

Coordenação de Análise e Conformidade	Instruir os processos administrativos apuratórios de indícios de desvio de recursos dos projetos dos Fundos de Investimentos.	Ana Paula Gomes Dias Cunha	Coordenadora	01/01/2015 a 31/12/2015
Gerência Regional de Belém	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam.	Cilene de Jesus Jardim Dórea	Gerente Regional	01/01/2015 a 02/03/2015
		Rita Conceição Lopes de Mato	Gerente Regional Substituta	02/03/2015 a 31/12/2015
Coordenação de Projetos da GRB	Elaborar estudos, emitir pareceres e prestar informações sobre questões técnicas submetidas à sua consideração.	Anderson Mendes Costa	Coordenador	01/01/2015 a 31/12/2015
Divisão de Acompanhamento de Projetos da GRB	Realizar acompanhamento físico-contábil dos projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos para fins de continuidade do apoio financeiro a sua implantação, conclusão ou cancelamento de incentivos.	Rita Conceição Lopes de Mato	Chefe de Divisão	01/01/2015 a 26/03/2015
		Maria Feliciane Nery Teixeira	Chefe de Divisão Substituta	26/03/2015 a 31/12/2015
Divisão de Análise de Projetos da GRB	Analisar os pleitos das diversas espécies de alterações ao projeto original aprovado, admitidas pelas normas de regência da matéria, repactuação das debêntures, apuratórios e liberações.	Kaio Sérgio Bonfim Malcher	Chefe de Divisão	01/01/2015 a 31/12/2015
Gerência Regional de Recife	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão dos Fundos de Investimentos do Nordeste – Finor.	Inalda Maria da Silva	Gerente Regional	01/01/2015 a 31/12/2015
Divisão de Acompanhamento de Projetos da GRR	Realizar acompanhamento físico-contábil dos projetos beneficiários dos Fundos de Investimentos para fins de continuidade do apoio financeiro a sua implantação, conclusão ou cancelamento de incentivos.	José Geraldo Barreto Campelo de Melo	Chefe de Divisão	01/01/2015 a 31/12/2015
Divisão de Análise de Projetos da GRR	Analisar os pleitos das diversas espécies de alterações ao projeto original aprovado, admitidas pelas normas de regência da matéria, repactuação das debêntures, apuratórios e liberações.	Maria Isabel Arcoverde C. O. Pessoa	Chefe de Divisão	01/01/2015 a 31/12/2015
Serviço de Apoio Administrativo e Protocolo	Compete coordenar, acompanhar e executar as atividades necessárias ao apoio operacional e administrativo no âmbito da Secretaria.	Cargo Vago	Chefe de Serviço	01/01/2015 a 01/06/2015
		Elke Rodrigues Brito	Chefe de Serviço	01/06/2015 a 31/12/2015

2.4. Macroprocessos finalísticos

Os processos da SFRI estão inseridos no macroprocesso finalístico: Desenvolvimento Regional, que foi estabelecido de acordo com a evolução dos trabalhos do Escritório de Processos, em 2014, no qual foi realizada uma revisão, resultando em outra cadeia de valor, cujos macroprocessos foram divididos da seguinte forma:

Processos da SFRI



Cadeia de Valor do MI



Quadro 2 – Detalhamento do Macroprocesso Finalístico: Desenvolvimento Regional

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento Regional	Tem dois objetivos principais: sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, e, criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia. É composto pelos grupos de processos de Desenvolvimento Produtivo, Promoção da Temática e Financiamento.	Desenvolvimento Produtivo: infraestrutura produtiva para arranjos produtivos; ações para aprimoramento da produção e inserção mercadológica; apoio ao associativismo e cooperativismo.	Integrantes das cadeias produtivas.	Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.
		Promoção da Temática: capacitação, concessão de bolsas de estudo de pós-graduação; publicações.	Entes federados; agentes de desenvolvimento; comunidade acadêmica; cidadãos.	Secretaria de Desenvolvimento Regional.
		Financiamento: aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais voltados para a redução das desigualdades regionais.	Empresas.	Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Neste capítulo, serão detalhados os objetivos planejados para o exercício de 2015, seu estágio de implementação e a vinculação dos planos com as competências institucionais.

3.1. Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico da SFRI está inserido no âmbito do Planejamento do MI, atualmente materializado no Mapa Estratégico da Pasta, no qual estão definidos a Visão de Futuro, a Missão, os Eixos de Atuação (Prioridades) e os Objetivos Estratégicos do MI.



Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/mapa-estrategico>

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme Mapa Estratégico do MI, o plano estratégico da SFRI insere-se no Eixo “Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria”.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implementação do planejamento estratégico da SFRI, explícito no Mapa Estratégico do Ministério, está apoiada em Modelo de Gestão para o monitoramento de suas ações, baseado em reuniões periódicas com os Diretores e Coordenadores-Gerais, para fins de acompanhamento das atividades previamente pactuadas, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento dos Departamentos componentes da SFRI vincula-se com as competências específicas estabelecidas no Decreto nº 8.161/2013, quais sejam:

“Art. 23. Ao Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos compete:

I - realizar prospecções de fontes de recursos e oportunidades com vistas à ampliação dos instrumentos de política de redução das desigualdades regionais e de apoio aos setores produtivos de interesse ao desenvolvimento regional;

II - propor diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional, em consonância com a PNDR e planos regionais de desenvolvimento;

III - propor normas para a operacionalização dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional; e

IV - orientar e coordenar a avaliação dos impactos sociais e econômicos decorrentes da aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional.

Art. 24. Ao Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos compete:

I - acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional;

II - administrar, orientar e fiscalizar a execução dos projetos dos fundos de investimentos;

III - analisar e propor adequação das ações relativas à implantação de projetos apoiados pelos fundos regionais voltados ao desenvolvimento ou contemplados com benefícios e incentivos fiscais à PNDR;

IV - avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos regionais e dos benefícios e incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional;

V - analisar os pleitos das empresas titulares dos projetos dos fundos de investimentos, com vistas às necessidades regionais e de mercado;

VI - recomendar liberações de recursos para subscrição de ações e/ou debêntures dos fundos de investimentos de projetos regulares que necessitem de contrapartida;

VII - cancelar os projetos dos fundos de investimentos enquadrados nas condições previstas na legislação de regência; e

VIII - emitir o Certificado de Empreendimento Implantado - CEI aos projetos dos fundos de investimentos considerados concluídos”.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Para fins de monitoramento das atividades previamente pactuadas, são realizadas reuniões internas com os Diretores da SFRI, quando se procede à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

Para subsidiar essas reuniões, as ações prioritárias da SFRI são descritas em Planos Operativos, associados ao eixo temático “Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria”, que se configuram como registros das pactuações assumidas entre os responsáveis pelas ações e o Secretário da SFRI. Nesses registros, constam descrições, metas, prazos e valores associados à iniciativa desejada.

Sendo assim, apresentam-se, a seguir, os planos operativos, acompanhados no decorrer de 2015, que representaram o planejamento da SFRI:

- Proposta de alteração das taxas de juros para os Fundos Constitucionais de Financiamento e para os Fundos de Desenvolvimento;
- Plano de aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para 2016
- Elaboração da proposta do PPA 2016-2019 e proposta do PLOA 2016;
- Proposição de portaria referente à subvenção econômica (Ministério da Fazenda/Ministério da Integração Nacional);
- Proposição de portaria para unificação de procedimentos de análise dos pleitos e processos dos Fundos de Investimentos Regionais;
- Proposição de decreto de inclusão de setores prioritários para fins de concessão de Incentivos Fiscais na área de atuação da Sudam e da Sudene;
- Proposição de decreto de transferência da Gestão dos Fundos de Investimentos para as Superintendências, em conjunto com os Bancos Operadores;
- Proposta de alteração da Portaria nº 283/2013, que aprova a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais comuns às Regiões da Amazônia e do Nordeste; e
- Sistema de Monitoramento e avaliação dos impactos sociais e econômicos decorrentes das aplicações dos Fundos Regionais - 1º Ciclo.

3.3. Desempenho Orçamentário

3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Para atender os desafios propostos no ciclo do PPA 2012-2015, os Fundos Regionais e Incentivos Fiscais foram materializados no Programa: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; Objetivo: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável, com as seguintes metas e iniciativas:

Meta: 2N9 Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional.

Meta: 02NB Aplicar 100% dos recursos programados no exercício.

Iniciativa: 035Y Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Iniciativa: 035X Aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Em relação ao cumprimento da meta estipulada para o período de vigência do PPA 2012-2015, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), atingiram 90% da meta estabelecida, o que corresponde a um montante de R\$ 15,5 bilhões de empenhos realizados.

Quanto aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), a meta prevista foi superada em 2%, somando o valor de R\$ 90,5 bilhões investidos nas regiões de atuação desses Fundos.

Dessa forma, infere-se que, no PPA 2012-2015, os aportes de recursos pelo Governo Federal nos Fundos de Desenvolvimento e os financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento possibilitaram o incremento das produções regionais, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos habitantes dessas regiões.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Quadro 1 – Desempenho dos Fundos Regionais no período de 2012 a 2015

Fundos Regionais	2012			2013			2014			2015			2012 a 2015		
	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado	Previsto	Realizado	% Realizado
FNE	11,5	11,9	103%	11,5	12,7	110%	13,1	13,4	102%	12,9	11,5	89%	49,0	49,5	101%
FCO	4,9	5,8	118%	5,3	6,0	113%	5,6	5,7	102%	6,0	5,3	88%	21,8	22,8	105%
FNO	4,0	4,2	105%	4,6	4,7	102%	5,4	5,3	98%	4,2	4,0	95%	18,2	18,2	100%
Total dos Fundos Constitucionais	20,4	21,9	107%	21,4	23,4	109%	24,1	24,4	101%	23,1	20,8	90%	89,0	90,5	102%
FDCO	0,1	-	-	1,4	1,4	100%	1,1	1,1	100%	1,1	1,1	100%	3,7	3,6	97%
FDNE	2,0	2,0	100%	2,0	2,0	100%	2,0	1,9	93%	2,0	2,0	100%	8,0	7,9	98%
FDA	1,3	1,2	92%	1,3	1,3	100%	1,3	1,3	100%	1,3	0,00	0	5,6	4,0	73%
Total dos Fundos de Desenvolvimento	3,4	3,2	97%	4,7	4,7	100%	4,4	4,2	95%	4,4	3,1	70%	17,3	15,5	90%
Total dos Fundos Regionais	23,8	25,1	106%	26,1	28,1	107%	28,5	28,6	100%	27,5	25,9	87%	106,3	106,0	101%

R\$ bilhões

3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não tem ações sob sua responsabilidade.

3.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não realiza execução descentralizada com transferência de recursos.

3.3.7. Informações sobre a execução das despesas

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

3.4. Desempenho Operacional

No exercício de 2015, a SFRI adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar a operacionalização dos fundos regionais e dos incentivos fiscais, inclusive por meio do estabelecimento de diretrizes, estratégias e orientações gerais para aplicação dos recursos desses fundos.

Dentre as medidas adotadas no exercício, podemos destacar as seguintes:

- ✓ Publicação da Portaria nº 29, de 10/03/2015, para o estabelecimento das informações enviadas pelos bancos administradores, necessárias à supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).
- ✓ Encaminhamento de duas proposições ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para a definição das taxas de juros contratuais no âmbito dos Fundos Constitucionais e para o estabelecimento de encargos financeiros e bônus de adimplência das operações rurais realizadas com recursos desses Fundos.
- ✓ Publicação das Portarias nº 201, 202 e 203, de 28/08/2015, que estabeleceram as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, FNO e FNE no exercício de 2016.

Na mesma data, foi publicada a Portaria nº 200, alterando a portaria de diretrizes do FNE para o exercício de 2015, para incluir, no artigo que trata da vedação de crédito para aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceção para os casos de empreendimentos de interesse de empresas ou grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.

- ✓ Publicação das Portarias nº 204, 205 e 206, de 28/08/2015, que estabeleceram as diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). Na mesma data, foi publicada a Portaria nº 207, alterando a portaria de diretrizes do FDNE para o exercício de 2015, para incluir, no artigo que trata da vedação de crédito para aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceção para os casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento e para os casos de empreendimentos de interesse de empresas ou grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.
- ✓ Encaminhamento de proposição ao Ministério da Fazenda para definição dos valores de financiamentos subvencionados a serem aplicados, no exercício financeiro de 2015, no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento Regional, resultando na publicação da Portaria Interministerial nº 4, de 24/11/2015.
- ✓ Encaminhamento de proposição ao CMN para definição das taxas de juros para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional, a partir de janeiro de 2016.
- ✓ Publicação da Portaria nº 139, de 20/07/2015, objetivando rever as alterações promovidas pela Portaria nº 584/2013 à Portaria nº 639/2007, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos atinentes ao cancelamento dos incentivos concedidos a empresas, bem como a forma de apuração dos indícios de desvio de recursos dos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Nordeste (FINOR).
- ✓ Edição da Portaria MI nº 300, de 28/12/2015, que prorrogou, até 31/12/2016, o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, para os casos em que a aplicação dos recursos estiver pendente de decisão judicial ou administrativa, referente às Opções dos exercícios de 1999 a 2014, anos calendário de 1998 a 2013.

3.5. Renúncia de Receitas sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela SFRI

Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam, e do Nordeste – Finor, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizada por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que poderão deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2017, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os investidores optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

O Quadro abaixo contempla informações a respeito:

- i) do tributo sobre o qual a renúncia incide;
- ii) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.);
- iii) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF;

- iv) dos objetivos socioeconômicos da renúncia;
- v) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define;
- vi) do prazo de vigência da renúncia.

Cabe destacar, que a Legislação pertinente aos referidos Fundos não prevê medidas de compensação para a concessão da renúncia.

Quadro 2 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da SFRI
(Renúncias Tributárias estimadas e quantificadas)

Tributo / Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPJ	Lei 8.167/91, art. 9º; MP 2.199-14/01, art. 4º; MP 2.156-5/01, art. 32, inciso XVIII; MP 2.1575/01, art. 32, inciso IV; Lei 9.532/97, art. 4º, § 1º	Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.	Promover uma maior diversificação da formação bruta de capital fixo nas regiões Norte e Nordeste, permitindo a estas um maior dinamismo no enfrentamento às mudanças no cenário econômico. Tais instrumentos, por meio de investimentos diretos ou de renúncias fiscais, incentivam a instalação de empreendimentos públicos e privados dos diversos setores da economia.	Ao receber os incentivos fiscais a empresa beneficiária deve em contrapartida aportar recursos próprios ao empreendimento, conforme definido nos normativos do Finam/Finor.	31/12/2017	Não há previsão de medidas de compensação na legislação do Finam e Finor.

Fonte: DFRP/SFRI/MI

3.5.1. Valores Renunciados e Contrapartida

O Quadro abaixo contempla os valores encontrados no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA da Secretaria de Receita Federal do Brasil – SRFB, identificados nas colunas “Previstos” e os valores de fato acatados pela SFRB, identificados nas colunas “Realizados”. A contrapartida é o valor aportado pela empresa no projeto.

Quadro 3 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

R\$ mil

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional						
Valores	2015		2014		2013	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia	108.196	-	196.508	-	250.087	160.291
Contrapartida	45.598	-	-	6.322	-	4.059.838

Fonte: SFRI, GRB e GRR

3.5.2. Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

O quadro abaixo demonstra os valores Projetados, quais sejam, os valores declarados pelos optantes, bem como os valores estimados, que são os valores efetivamente acatados pela SFRB.

Vale informar que de acordo com a SFRB, os valores de 2015 serão apurados ao final do ano.

Quadro 4 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

R\$ mil

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014		2013	
	Renúncia		Renúncia	
	Projetado	Estimado	Projetado	Estimado
Finam	-	-	1.456	-
Finor	87.583	-	215.004	-

3.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

O próximo Quadro contempla o quantitativo de contribuintes, pessoas jurídicas, que usufruíram da renúncia, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos, distribuídos por Unidade da Federação, no exercício de referência do Relatório de Gestão e nos dois exercícios imediatamente anteriores.

O Quadro abaixo informa a quantidade de pessoas jurídicas que optaram pela renúncia fiscal, distribuídos por unidade federativa.

Quadro 5 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

R\$ mil

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional						
UF	2015		2014		2013	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
RJ	1	3.212	2	12.268	4	96.653
SP	8	24.127	10	73.119	10	88.465
CE	7	489	9	1.315	12	1.482
MG	1	14	-	-	-	-
PE	1	1.090	2	878	1	3.416
RS	-	-	1	1	-	-

Fonte: GRR/DFRP/SFRI/MI

O Quadro a seguir contempla o quantitativo de pessoas jurídicas que receberam os incentivos fiscais, recursos oriundos de contrapartida de natureza financeira da renúncia tributária, na forma prevista na legislação instituidora dos fundos, assim como os valores dos recursos próprios aportados, considerados como contrapartida.

Quadro 6 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

R\$ mil

Gasto Tributário: Incentivos fiscais concedidos para implantação de empresas no Norte/Nordeste visando o desenvolvimento regional						
UF	2015			2014		
	Empresa Beneficiária	Valor Liberado	Contrapartida	Empresa Beneficiária	Valor Liberado	Contrapartida
PA	-	-	-	Agropecuária Carneiro	1.616	4.706
PA	-	-	-	Agropastoril Mirandópolis	4.685	
CE	Transnordestina Logística S.A.	10.605	45.598	-	-	-

Fonte: GRB/GRR/DFRP/SFRI/MI

3.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

4. GOVERNANÇA

Neste capítulo será apresentada a estrutura de governança da SFRI.

Cabe destacar, que além da estrutura convencional, a SFRI possui em sua estrutura básica de governança a Comissão Consultiva dos Fundos de Investimentos (CCFI), instituída por meio da Portaria/MI nº 123, de 21/03/2014, a qual compete se manifestar sobre processos relativos aos projetos, em implantação, beneficiários dos Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

Trata-se de um colegiado constituído pelo Coordenador-Geral de Instrução de Processos, o Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos e o Gestor de Projetos da SFRI, além do Diretor do DFRP, que ocupa o cargo de Presidente da Comissão. Em 2015 foram realizadas 21 reuniões, onde foram propostos:

- 2 emissões de Certificados de Empreendimento Implantado (CEI);
- 22 cancelamentos de incentivos aos projetos beneficiados;
- 3 adequações de projetos;
- 1 atualização cadastral;
- 5 repactuações de debêntures.

Além dessa estrutura, em 2015, para auxiliar na sua gestão, a SFRI buscou compartilhar boas práticas de governança, alinhando conhecimentos e promovendo o aprimoramento do processo decisório e a eficiência da gestão.

A Secretaria implementou, por meio de Acordos de Trabalhos com as Gerências Regionais (GRB e GRR), instrumento de gestão para o acompanhamento e avaliação do desempenho da carteira de projetos do Finam e Finor.

Também, alinhou diretrizes e procedimentos entre as Coordenações-Gerais e as Gerências Regionais, ampliando o conhecimento da realidade das Gerências e otimizando o andamento de processos, por meio de reuniões técnicas realizadas por videoconferências com a GRB e GRR.

E por fim, estabeleceu novo formato de interlocução com os Bancos e Superintendências Regionais, com a instituição de reuniões trimestrais com os Bancos e as Superintendências, as quais tiveram o objetivo de:

- Compartilhar informações entre as áreas;
- Avaliar dados, informações, documentos e propostas;
- Discutir oportunidades de melhoria na administração dos fundos;
- Debater propostas que:
 - Gerem eficiência e eficácia financeira e operacional;
 - Promovam a mitigação de riscos e redução de perdas;
 - Serão apresentadas para apreciação no Comitê Técnico dos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais do Desenvolvimento.

4.1. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

4.2. Gestão de riscos e controles internos

Em 2015 foram desenvolvidas novas formas de acompanhamento dos Fundos Regionais, quais sejam acordos de trabalhos com as Gerências Regionais e foram, também, aprimorados a gestão de acompanhamento dos Fundos Regionais.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Neste capítulo, serão fornecidas informações referentes ao relacionamento da SFRI com o público interno e externo, por meio da Ouvidoria.

Para o atendimento ao cidadão, o Ministério da Integração, por meio da Ouvidoria, disponibiliza os seguintes canais de acesso: Atendimento telefônico (gratuito), Formulário eletrônico, Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas). Além desses, está sob a coordenação da Ouvidoria o Serviço de Acesso à Informação (SIC), conforme Lei 12.527/2011 e Decreto 7.845/2012.

5.1. Canais de acesso ao cidadão

A SFRI recebe requerimento de informações dos cidadãos de diversas formas, como correio (cartas), e-mail, Internet sendo que o meio mais utilizado é o “Fale com a SFRI”, constante na página do MI.

Todas as manifestações feitas pelos links do Fale Conosco, independentemente do local em que está disponível, são direcionados à Ouvidoria e esta faz o filtro do assunto e para qual Secretaria encaminhar a demanda. Algumas demandas são encaminhadas a mais de uma Secretaria, dependendo dos assuntos tratados pelo cidadão.

Já em relação às demandas referentes a solicitações da Lei de Acesso à Informação (LAI), cabe destacar que em maio de 2015 foi implantada uma nova ferramenta de acompanhamento das demandas do SIC no âmbito do Ministério.

Dessa forma, de maio a dezembro de 2015, houveram nove manifestações direcionadas à SFRI, de acordo com informações extraídas da página eletrônica da ferramenta de acompanhamento das demandas do SIC (<http://simrelatorios.mi.gov.br>).

Por fim, destaca-se que em relação às demandas da SFRI, esta se preocupa em responder adequadamente o cidadão, não apenas informando o que lhe é perguntado ou reclamado, mas dando outras orientações além do que lhe cabe, dando substâncias às suas respostas, que acontecem sempre de forma tempestiva e dentro dos prazos legais.

5.2. Carta de serviços ao cidadão

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A SFRI se utiliza do sítio do Ministério, para dar transparência das informações relevantes sobre a atuação da Secretaria.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes ao desempenho financeiro e informações contábeis da SFRI.

6.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI.

6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As informações relacionadas neste item foram fornecidas pela Coordenação de Contabilidade do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva deste Ministério e estão relacionadas no Anexo I.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes à gestão de pessoas, patrimônio e infraestrutura, tecnologia da informação, ambiental e sustentabilidade e de fundos e programas.

7.1. Gestão de Pessoas

As informações apresentadas neste item foram fornecidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva deste Ministério. Outras informações poderão ser encontradas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva deste Ministério.

7.1.1. Estrutura de Pessoal da SFRI

O quadro demonstra a distribuição da força de trabalho da SFRI.

Quadro 1 – Força de Trabalho da SFRI

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		77	4	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		77	4	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		71	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		5	3	1
2. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		9	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)		86	5	7

Fonte: Siape e Data Warehouse

Quadro 2 – Distribuição da Lotação Efetiva na SFRI

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	77
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	77
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	71
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	5
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	86

Fonte: Siape e Data Warehouse

Quadro 3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas na SFRI

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	32	12	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	32	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	19	6	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	4	4	1
1.2.4. Sem Vínculo	-	9	2	3
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	10	9	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	43	41	12	5

Fonte: Siape e Data Warehouse

7.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 4 – Custos do Pessoal

R\$ mil

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	3.012	4.100	597	204	405	456	41	0	34	8.852
	2015	6.539	658	623	223	384	438	48	1	31	8.949
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0	218	17	5	0	0	32	1	0	274
	2015		332	32	8	34		8			417
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	8	546	39	16	57	6	31	0	0	706
	2015		566	43	13	49	5	6			685
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	81	0	0	2	3	0,4	0	0	0	87
	2015		0					0	0	0	0

Fonte: Siape e Data Warehouse

7.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quadro abaixo demonstra a perda aproximada de 22% da força de trabalho da SFRI, de 2013 a 2015, o que requer absorção de uma carga maior de trabalho pelos técnicos remanescentes, propiciando um incremento do risco operacional das atividades desenvolvidas.

Quadro 5 – Quantitativo de Servidores na SFRI de 2013 a 2015

Ano	Quantidade de Servidores
2013	110
2014	97
2015	86
Perda registrada	24

Fonte: CGGP/SECEX/MI

7.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações referentes à mão de obra de apoio e de estagiários, por ser comum a todas as unidades do Ministério, serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MI, mas cabe aqui relacionar o quantitativo e o valor das despesas referentes aos contratos de estagiários vigentes na SFRI no ano de 2015.

Quadro 6 – Quantitativo de Estagiários na SFRI em 2015

	R\$ mil
Quantidade de Estagiários -	Despesas Realizadas
7	46

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

7.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que não foram realizados contratos de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

7.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

7.3. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2015, atividades desenvolvidas na SFRI em relação à Tecnologia da Informação proporcionaram um avanço no que se refere aos Sistemas de Informações Gerenciais das aplicações dos recursos dos Fundos Regionais, foram coordenados projetos relacionados ao Sistema de Informações Gerenciais sobre os Fundos Constitucionais - FCO - FNO e FNE/ Business Intelligence - BI_SFRI; Sistema de Normas e Acompanhamento de Instrumentos Normativos – DPNA; e Sistema de Acompanhamento Financeiro dos Incentivos Fiscais – SAFIN.

Entretanto, em relação a esta Seção o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional propiciará uma visão mais abrangente dos principais aspectos da Gestão de TI.

7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

As informações solicitadas nesse item serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva deste Ministério.

7.5. Gestão de Fundos e de Programas

7.5.1. Dos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor)

7.5.1.1. Identificação, natureza, legislação aplicável aos Fundos

Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam e do Nordeste – Finor, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizada por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que podem deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2017, conforme art. 2º da Lei nº 12.995, de 18/06/2014, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

Cabe destacar que as carteiras de projetos do Finam e do Finor, conforme MP nº 2.199-14/2001, não recebem novos projetos desde 2001. O Ministério da Integração Nacional, atual gestor dessas carteiras, tem sua missão, portanto, administrá-las e elevar o seu grau de eficiência.

A legislação pertinente ao Finam/Finor encontra-se no sítio do Ministério da Integração Nacional, no link: <http://mi.gov.br/web/guest/fundos-e-incentivos-fiscais/legislacoes>

Destaca-se que em 2015 houve a edição da Portaria MI nº 300, de 28/12/2015, que prorrogou, até 31/12/2016, o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, para os casos em que a aplicação dos recursos estiver pendente de decisão judicial ou administrativa, referente às Opções dos exercícios de 1999 a 2014, anos calendário de 1998 a 2013.

7.5.1.2. Objetivo e desempenho dos Fundos

Os Fundos de Incentivos Fiscais destinam-se, como instrumentos de políticas públicas, a investir em instalações de empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico das regiões Norte e Nordeste do Brasil, visando a minorar as disparidades existentes entre essas regiões e aquelas mais localizadas ao Sul do país. Buscam, assim, reduzir significativamente as desigualdades inter e intrarregionais, conforme preceituam as normas constitucionais desde então, por intermédio de aumento da diversificação bruta de capital fixo.

O desempenho dos Fundos em 2015 sob a ótica operacional pode ser visualizado no quadro seguinte, que mostra as principais atividades desenvolvidas com os respectivos resultados:

Quadro 7 – Resultados do Exercício de 2015

Atividades Desenvolvidas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
	Realizadas	Realizadas	Realizadas	Realizadas	
Ações de Campo	3	19	11	16	49
Reformulação de Projetos	1	0	0	1	2
Análise de Pleitos de Liberação de Recursos	0	1	0	1	2
Emissões de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI	0	1	1	0	2
Análises Técnicas de Processos Apuratórios	24	17	27	1	69
Apuratórios Concluídos	5	9	1	4	19
Encaminhamentos de solicitações às Procuradorias da Fazenda Nacional (PFN's)	11	11	13	4	39
Repactuações de Dívidas em Debêntures	0	3	2	1	06
Total	44	61	55	28	188

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Dentre as atividades apresentadas no quadro destacamos: Ações de Campo, Emissão de Certificado de Empreendimento Implantado e conclusão de Processo Administrativo Apuratório, para as quais o Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP mede os resultados alcançados de acordo com os seguintes indicadores:

Índice de Acompanhamento de Projetos – IAP

As Ações de Campo (acompanhamentos) consistem em atividades do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP, cujo objetivo é avaliar a continuidade ou não de apoio financeiro ao empreendimento, por meio da concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais (renúncia fiscal) com a comprovação de aplicação dos recursos liberados, com a consequente emissão de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, ou cancelamento dos incentivos concedidos, com a devida apuração de irregularidades, conforme o caso. Assim, quanto mais próximo de uma unidade esse indicador estiver, melhor o desempenho do Departamento.

Quadro 8 – Índice de Acompanhamento de Projetos – IAP

Descrição do Índice	Fórmula
Nº de acompanhamentos/fiscalizações realizadas (NA) no exercício	$IAP = \frac{NA}{PIF}$ (O intervalo de variação do índice é de 0 a 1)
Total de projetos em implantação na carteira passíveis de acompanhamento/fiscalização no início do exercício	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IAP = Índice de acompanhamento/fiscalização de projetos.

NA = Nº de acompanhamentos/fiscalizações realizadas no ano de 2015.

PIF = Projetos em implantação passíveis de acompanhamento/fiscalização.

a) Utilidade: O IAP permite avaliar a ação administrativa do DFRP quanto às atividades de monitoramento/acompanhamento e avaliação da regularidade, ou irregularidade, relativamente à implantação dos projetos.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IAP consiste no número de acompanhamentos realizados no ano em relação ao total de projetos em implantação existentes na carteira do Finam/Finor no início do exercício, passíveis de serem fiscalizados.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos DFRP.

Aferição para o Finam

$$IAP = \frac{37}{56} = 0,66$$

Aferição para o Finor

$$IAP = \frac{12}{25} = 0,48$$

e) Área responsável pelo cálculo e (ou) medição: CGAC

f) Resultado do indicador no exercício: Os resultados apresentados tanto para o Finam (66%) quanto para o Finor (48%) indicam o percentual de empresas acompanhadas/fiscalizadas no exercício em relação à quantidade de empresas passíveis de fiscalização no início do exercício.

g) Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e seus respectivos responsáveis: Esse indicador é afetado diretamente por fatores externos às ações do DFRP, como o contingenciamento de despesas com diárias e passagens realizadas pelo Governo Federal.

Índice de CEI – IC

A emissão de CEI consiste na verificação da implantação do projeto beneficiado, que se dá pela comprovação da operação do empreendimento, bem como pela regular aplicação dos recursos recebidos do respectivo Fundo, em estrita consonância com os objetivos do projeto e em conformidade com todas as suas cláusulas condicionantes aprovadas. Assim, quanto mais próximo de uma unidade esse indicador estiver, melhor o desempenho do Departamento.

Quadro 9 – Índice de CEI – IC

Descrição do Índice	Fórmula
CEI emitidos em 2015 (CE)	$IC = \frac{CE}{PC}$
Projetos passíveis de emissão de CEI em 01/01/2015(PC)	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IC = Índice de CEI.

CE = CEI emitidos no ano de 2015.

PC = Projetos passíveis de emissão de CEI 01/01/2015.

a) Utilidade: O presente indicador avalia o grau de eficiência do DFRP, à medida que certifica a implantação do projeto pela regular aplicação dos recursos recebidos do respectivo Fundo, em estrita consonância com os objetivos do projeto e em conformidade com todas as suas cláusulas condicionantes aprovadas.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IEC consiste no número de projetos da carteira do Finam/Finor que receberam o Certificado de Empreendimento Implantado no exercício, em relação aos projetos que não têm mais recursos a receber ou abdicaram do saldo a receber do Finam/Finor no início do exercício e não se encontram em processo apuratório.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos da CGAC, CGIP e GRB.

Aferição para o Finam

$$IC = \frac{2}{13} = 0,15$$

Este índice para o Finor restou prejudicado, haja vista que em 2015 não houve emissão de Certificado de Empreendimento Implantado.

e) Área responsável pelo cálculo e (ou) medição: CGAC.

f) Resultado do indicador no exercício: A não emissão de CEI para o Finor e resultado apresentado para o Finam (15%), indicam a necessidade de monitoramento desse indicador.

g) Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Em 2015, constatada a necessidade de ações no sentido de dar efetividade aos Projetos das carteiras do Finam e do Finor, o DFRP estabeleceu Acordo de Trabalho com as duas Gerências Regionais, o qual está implementado, prevendo ações até 2016. Igualmente, foram instituídas reuniões colegiadas e a realização de videoconferências mensais com as Gerências como ponto de controle para acompanhamento do referido acordo de trabalho, além de uma maior articulação com as empresas para que: renunciem ao saldo dos recursos do respectivo fundo aprovados para o projeto ou adequem seus projetos para se habilitarem ao recebimento do saldo restante desses recursos, com a consequente emissão do CEI.

Quadro 10 – Índice para Processos Apuratórios Concluídos – IAC

Descrição do Índice	Fórmula
Total de Projetos Concluídos no exercício (AC)	$IAC = \frac{AC}{TC}$
Total de apuratórios em curso no início do exercício (TC)	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IAC = Índice para Processos Apuratórios Concluídos.

AC = Total de apuratórios concluídos no final do exercício de 2015, com as respectivas Resolução de Cancelamentos publicadas ou as deliberações de arquivamentos.

TC = Total de apuratórios em andamento no início do exercício de 2015.

a) Utilidade: O presente indicador avalia o grau de eficácia do DFRP quanto aos encerramentos dos processos administrativos apuratórios.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IAC consiste no número de processos apuratórios concluídos no exercício, em relação a todos os processos apuratórios em curso e instaurados até o final do exercício anterior.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos da tabela de apuratórios em andamento da CGAC e dos controles internos da CGIP.

Aferição para o Finam

$$IAC = \frac{20}{115} = 0,17$$

Aferição para o Finor

$$IAC = \frac{03}{07} = 0,43$$

e) Área responsável pelo cálculo e (ou) medição: CGAC.

f) Resultado do indicador no exercício: Os resultados apresentados tanto para o Finam (17%) quanto para o Finor (43%) indicam a necessidade de monitoramento desse indicador, haja vista o volume de processos apuratórios em curso, especificamente no Finam.

g) Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Em 2015, constatada a necessidade de uma efetividade maior de acompanhamento e controle, o DFRP estabeleceu Acordo de Trabalho com as duas Gerências Regionais, o qual vem sendo implementado. Igualmente, foram instituídas reuniões colegiadas e a realização de videoconferências mensais com as Gerências como ponto de controle para acompanhamento do referido acordo de trabalho.

Índice de Eficiência da Carteira – IEC

Sendo este um indicador de eficácia, o que se busca ao final do exercício é um estoque que seja o menor possível, quando comparado ao número de projetos no início do exercício. Assim, quanto mais próximo de uma unidade esse indicador estiver, melhor o desempenho do Departamento.

Quadro 11 – Índice de Eficiência da Carteira – IEC

Descrição Do Índice	Fórmula
Saldo de Projetos em Implantação no fim do exercício (SF)	$IEC = 1 - \frac{SF}{SI}$
Saldo de Projetos em Implantação no início do exercício (SI)	

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Onde:

IC = Índice de eficiência da carteira.

SF = Projetos em implantação em 31/12/2015.

SI = Projetos em implantação em 01/01/2015.

a) Utilidade: O presente índice busca medir o grau de eficácia do DFRP na redução da carteira de projetos do Finam e do Finor por exclusão, seja por meio do cancelamento dos incentivos concedidos a projetos em implantação, ou por emissão do Certificado de Empreendimento Implantado – CEI.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: O IEC consiste na diferença entre uma unidade e o resultado da relação do número de projetos em implantação no início do exercício sobre o número de projetos em implantação no final do exercício.

d) Método de aferição (conjunto de técnicas utilizadas para mensurar os dados que constituirão a fórmula de cálculo): Os dados utilizados no cálculo foram extraídos dos controles internos da CGAC.

Aferição para o Finam

$$IC = 1 - \frac{153}{171} = 0,10$$

Aferição para o Finor

$$IC = 1 - \frac{29}{32} = 0,09$$

e) Área responsável pelo cálculo e (ou) medição: CGAC

f) Resultado do indicador no exercício: Os resultados apresentados tanto para o Finam (10%) quanto para o Finor (9%) indicam a necessidade de estabelecimento de novas rotinas de monitoramento desse indicador, haja vista o desempenho apresentado.

g) Descrição das principais medidas implementadas e (ou) a implementar para tratar das causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Em 2015, constatada a necessidade de uma efetividade maior para o processo de acompanhamento, o DFRP estabeleceu Acordo de Trabalho com as duas Gerências Regionais, o qual está implementado, prevendo ações até 2016. Igualmente, foram instituídas reuniões colegiadas e a realização de videoconferências mensais com as Gerências como ponto de controle para acompanhamento do referido acordo de trabalho.

7.5.1.3. Informações ou relatórios contábeis, financeiros e orçamentários demonstrando a origem dos ingressos dos recursos, sua aplicação no exercício e os saldos acumulados

Recursos Recebidos no Período – Finam

Os recursos recebidos pelo Finam, no período compreendido entre 01/01 e 31/12/2015, alcançaram o montante de R\$ 24,02 milhões.

Demonstramos, a seguir, as origens desses recursos:

	R\$ mil	
ORIGEM	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Repasse do Tesouro (STN)	-	6.302
Remuneração do Disponível	15.806	11.539
Amortização de Debêntures	1.931	5.144
Negociação de Ações (Inst.CVM 265/97)	4.740	9.479
Dividendos do Fundo	11	436
Dividendos de Terceiros (art.9º)	1.526	766
T O T A I S ----- >	24.016	33.668

Fonte: Banco da Amazônia S.A.

Repasses do Tesouro (STN): No ano de 2015, não houve recursos repassados pelo Tesouro e nem tampouco foram expedidos ofícios de autorização de liberações de recursos do Fundo do pelo Ministério da Integração Nacional.

Remuneração do Disponível: O Banco da Amazônia S.A. vem remunerando os recursos do Fundo, enquanto não aplicados, com base na Taxa Extra Mercado do Banco Central do Brasil, de conformidade com o que dispõe o art. 4º da Lei 9.126, de 10/11/1995, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12/01/2001. Dos recursos recebidos no exercício, em termos percentuais, representou 65,82 % do total. Desse valor, R\$ 14,42 milhões, constituem receita apropriada ao

Fundo e R\$ 1,39 milhão, são relativos à atualização monetária dos Dividendos Pertencentes a Terceiros.

Amortização de Debêntures: Neste exercício, a amortização de debêntures totalizou R\$ 1,93 milhão, devido ao pagamento de parcelas de debêntures das empresas renegociadas, de acordo com a MP 2.199-14/2001, o que representou um decréscimo de 62,45 % em relação ao período anterior.

Negociação de ações: A venda direta das ações emitidas pelas empresas e que integravam a carteira do FINAM, com base nos artigos de 20 a 31 da Instrução CVM Nº 265/97, alcançou o valor de R\$ 4,74 milhões, representando, em relação ao exercício anterior, um decréscimo de 49,99%.

Dividendos do Finam: O Finam recebeu, neste exercício, dividendos distribuídos por empresas beneficiárias, com ações que integram a referida carteira do Fundo, o montante de R\$ 11,74 mil, representando, em relação ao exercício anterior, um decréscimo de 97,31%.

Dividendos Pertencentes a Terceiros: O Finam recebeu, ainda, R\$ 1,53 milhão, referente a “Dividendos Pertencentes a Terceiros”, de empresas vinculadas ao artigo 9º da Lei nº 8.167/91, os quais serão repassados aos investidores dessas empresas por ocasião da transferência das ações.

Aplicações de Recursos do Finam – Liberações: No exercício de 2015, não houve autorização de liberação de recursos do Finam, pelo Ministério da Integração Nacional.

Recursos Recebidos no Período – Finor

Os recursos recebidos pelo Finor, no período compreendido entre 01/01 e 31/12/2015, alcançaram o montante de R\$ 37,07 milhões, representando em relação ao período anterior, um acréscimo de 67,04%.

Demonstramos, a seguir, as origens desses recursos:

		R\$ mil
ORIGEM	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Repasse do Tesouro (STN)	10.605	-
Remuneração do Disponível	23.881	17.715
Amortização de Debêntures	738	2.813
Negociação de Ações (Inst.CVM 265/97)	317	135
Dividendos do Fundo	1.525	1.525
Dividendos de Terceiros (art.9º)		
T O T A I S ----- >	37.068	22.190

Fonte: Banco do Nordeste S.A.

Repasse do Tesouro (STN): No ano de 2015, houve a transferência no montante de R\$ 10,60 milhões, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em atendimento ao pleito decorrente de opção realizada por meio de DARF específico para os Incentivos Fiscais do Finor.

Remuneração do Disponível: O valor da remuneração das disponibilidades do Finor no exercício de 2015 importou em R\$ 23,88 milhões. Dos recursos recebidos no exercício, em termos percentuais, houve um acréscimo de 34,8 % do total

Amortização de Debêntures: Neste exercício, a amortização de debêntures totalizou R\$ 738,40 mil, devido ao pagamento de parcelas de debêntures, de acordo com a MP 2.199-14/2001, o que representou um decréscimo de 73,75 % em relação ao período anterior.

Negociação de ações: A venda direta das ações transferidas para a carteira do Finor, com base nos artigos de 20 a 31 da Instrução CVM Nº 265/97, alcançou o valor de R\$ 317,90 mil, representando, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de 134,05%.

Dividendos do Finor: O Finor recebeu, neste exercício, dividendos distribuídos por empresas beneficiárias, constantes da carteira de ações do Fundo, no montante de R\$ 1,53 milhão, não representando alteração em relação ao exercício anterior.

Aplicações de Recursos do Finor – Liberações: o Ministério da Integração Nacional autorizou ordem de liberação de recursos do FINOR, no montante de R\$ 21,07 milhões, contemplando duas empresas.

Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal)

Para o Finam e Finor, a Taxa de Administração é calculada na base de 3% ao ano, devida mensalmente, sobre 70% do patrimônio líquido do fundo, de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial nº 158, de 30/07/2008.

No exercício de 2015 foram contabilizados para o Finam a importância de R\$ 6,40 milhões de taxa, valores pagos dentro do mesmo exercício, não restando mais saldo a pagar em 31/12/2015. Em relação ao Finor, foram pagos o montante de R\$ 6,90 milhões.

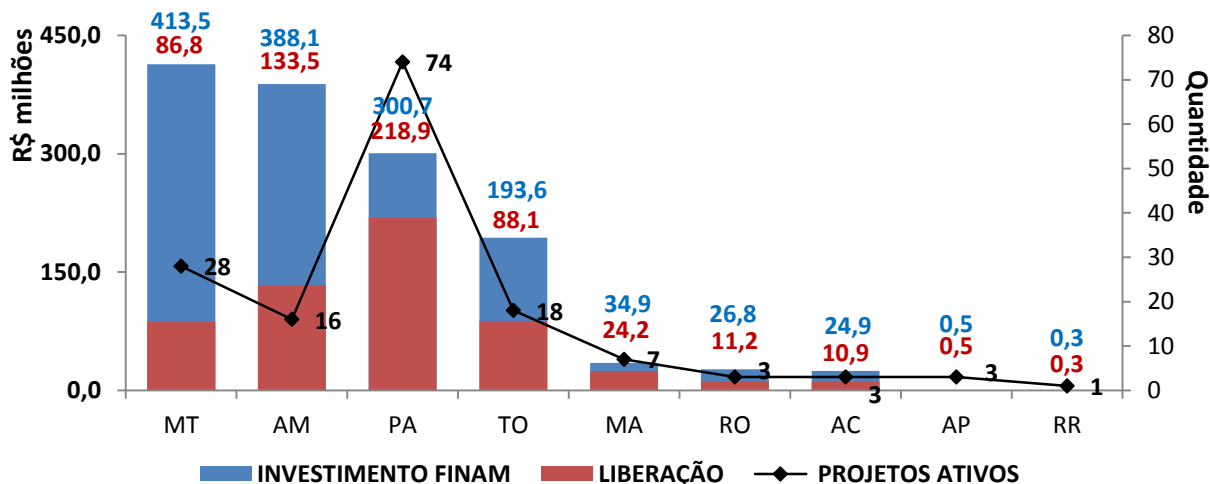
7.5.1.4. Relacionamento dos recursos dos Fundos com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

No exercício de 2015 dois projetos receberam autorização para liberação de recursos do Finor, no montante total de R\$ 21,05 milhões. Cabe destacar que a liberação de recursos ocorre após a habilitação da empresa perante o banco operador. Já para o Finam não ocorreu autorização para liberação de recursos.

No ano de 2015 foram concedidos dois Certificados de Empreendimento Implantado – CEI a projetos do Finam.

No final do exercício, as carteiras de projetos ativos dos Fundos eram compostas por 153 (cento e cinquenta e três) projetos do Finam e 29 (vinte e nove) projetos do Finor, conforme pode ser visualizado nos gráficos seguintes, que demonstram, ainda, os investimentos realizados por UF:

Gráfico 1 – Carteira do Finam



Posição: 31/12/2015

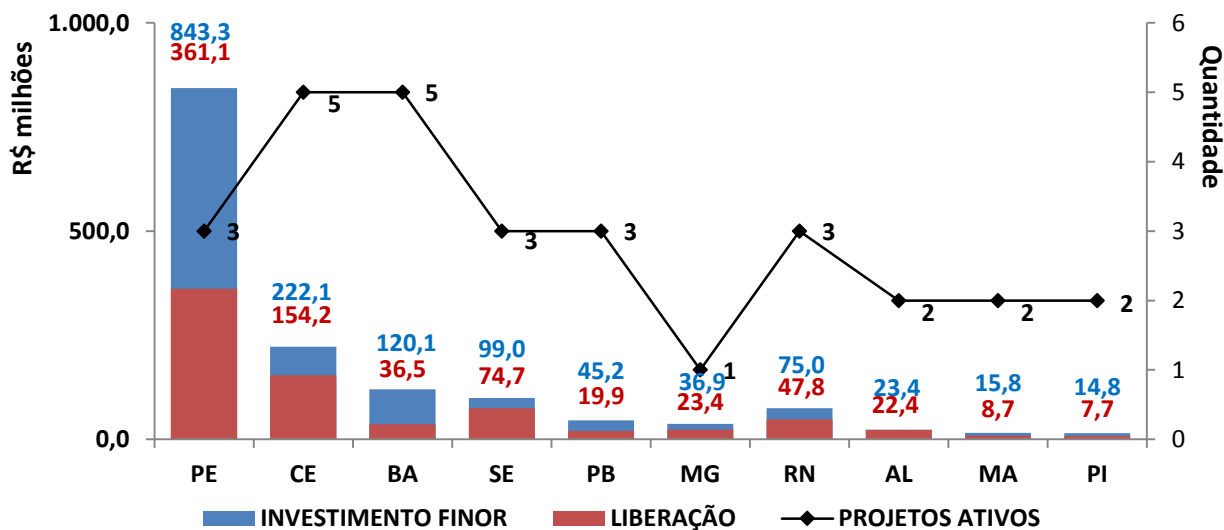
Total da Carteira de Projetos do Finam

Investimentos Totais previstos: R\$ 1.383,30 milhões

Liberação de Recursos do Finam realizadas: R\$ 574,40 milhões

Quantidade de Projetos Ativos: 153

Gráfico 2 – Carteira do Finor



Posição: 31/12/2015

Total da Carteira de Projetos do Finor

Investimentos Totais Previstos: R\$ 1.495,60 milhões

Liberação de Recursos do Finor realizadas: R\$ 756,40 milhões

Quantidade de Projetos Ativos: 29

7.5.1.5. Demonstrações contábeis dos Fundos

As informações relacionadas neste item estão inseridas neste Relatório no item 10. Relatório do Banco Operador de Recursos dos Fundos (10.1. Relatório de Gestão do Finam, elaborado pelo Banco da Amazônia e 10.2. Relatório de Gestão do Finor, elaborado pelo Banco do Nordeste).

7.5.2. Dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO)

As informações referentes aos resultados obtidos por meio dos Fundos: FNO, FNE e FCO, no ano de 2015, encontram-se disponibilizadas nos Anexo II, III e IV, respectivamente, por meio dos Pareceres nº 007, 008 e 009/CGAC/DFRP/SFRI/MI.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Neste capítulo, serão apresentadas as informações referentes a demandas advindas dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal.

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 1 – Deliberações do TCU: Acórdão 3564/2014

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
TC 033.934/2011-8	3564/2014	9.7	Ofício nº 0588/2014-TCU/SEMAG, de 30/12/2014	05/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional que informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas, em curso e programadas com vistas à melhoria do acompanhamento das diretrizes e prioridades estabelecidas para a aplicação dos recursos dos fundos pelos bancos operadores, assim como os resultados já alcançados pelas providências, com fundamento no art. 21 do Decreto 7.472/2011.				
Medidas adotadas				
Envio do Ofício nº 058/SFRI, de 03/02/2015, por meio do qual informamos ao TCU as medidas adotadas, em curso e programadas, com vistas à melhoria do acompanhamento das diretrizes e prioridades estabelecidas para a aplicação dos recursos dos fundos pelos Bancos Operadores.				

Fonte: CGAC/DFRP/SFRI/MI

Quadro 2 – Deliberações do TCU: Acórdão 3931/2014

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
TC 011.585/2003-8	3931/2014	9.7	Ofício nº 2186/2014-TCU/SECEX-PA	23/10/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI				
Descrição da determinação/recomendação				
9.7 Determinar ao Ministério da Integração Nacional, por intermédio de sua Secretaria Executiva/Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos – DGFI, que, caso ainda não o tenha feito, adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas necessárias à: 9.7.1 conclusão da apuração de possíveis irregularidades com danos ao erário/desvio de recursos nos projetos PEDRA GRANDE S.A., AGROPECUÁRIA PONTAL DO PARANAÍTA S.A., REFRISA – Refrigerantes do Pará S.A., ABACOL – ABATEDOURO COLARES S.A., AVENORTE INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A., MILHOBRAZ – MILHOS DO BRASIL S.A., QUEIFI COMERCIAL E AGROPECUÁRIA S.A. 9.7.2 instauração das competentes tomadas de contas especiais, na forma do disposto no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, quantificando os danos e identificando os agentes públicos e privados responsáveis, na hipótese de não ser obtido o devido ressarcimento dos eventuais prejuízos causados ao FINAM pelos responsáveis pelos citados projetos.				
Medidas adotadas				
Item 9.7.1: Informações referentes aos Projetos: ✓ AGROPECUÁRIA PONTAL DO PARANAÍTA S.A: Obtenção do Certificado de Empreendimento Implantado, conforme Portaria nº 5, de 06/06/2014. ✓ ABACOL – ABATEDOURO COLARES S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 10, de 27/06/2008. ✓ AVENORTE INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 41, de 15/12/2006. ✓ MILHOBRAZ – MILHOS DO BRASIL S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 93, de 29/12/2009. ✓ REFRISA – Refrigerantes do Pará S.A: Projeto cancelado por meio da Resolução nº 16, de 20/05/2015. ✓ PEDRA GRANDE S.A: Processo em análise na SFRI. ✓ QUEIFI COMERCIAL E AGROPECUÁRIA S.A: Processo em análise na SFRI.				

Item 9.7.2 : Envio do Ofício nº 17.2015.SECEX-MI, 14/01/2015 à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará, informando que o Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos não realiza tomada de contas especiais, e sim instaura processo administrativo apuratório, conforme Portaria MI nº 639/2007, de 04 de abril de 2007.

Fonte:CGAC/DFRP/SFRI/MI

8.2. Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 3 – Deliberações da CGU: Recomendação 12138

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
1.1.1	12138	2	203608	24/10/2008
Descrição da Constatação				
A CGU solicita informações sobre abandono do empreendimento - Projeto Agroindústria Comércio de Peixe Tocantins S.A.				
Descrição da Recomendação				
Prazo prorrogado para manifestação do Gestor.				
Manifestações da SFRI				
Durante análise verificou se que os fatos, objeto da Ação Civil Pública (ACP), eram distintos das imputações investigadas, até então, no âmbito da Administração. Diante disso, a GRB emitiu Despacho em 24/06/2016, recomendando ao Diretor do DFRP que em respeito ao devido processo legal e garantia da ampla defesa e do contraditório, que a empresa fosse renotificada para manifestar-se em relação as imputações da ACP no bojo do Processo Administrativo Apuratório, o que ocorreu por meio do Ofício nº 460/SFRI/DFRP, de 29/06/2016.				

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 4 – Deliberações da CGU: Recomendação 138014

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
1.1.2	138014	13	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Baixo desempenho na liberação de recursos para projetos dos Fundos de Investimento Finam e Finor no exercício de 2013. Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de promover o enxugamento das carteiras dos Fundos Finam/Finor.				
Descrição da Recomendação				
Em que pese restar atendida a Recomendação Original - com a criação do Grupo de Trabalho, resolvemos revisar o objeto da Recomendação com a finalidade de monitorar seus resultados. Dar ciência dos resultados auferidos com a criação do Grupo de Trabalho, bem como dos resultados do acompanhamento mensal a ser realizado pelo DFRP/SFRI.				
Manifestações da SFRI				
Com a criação do Grupo de Trabalho foi possível estabelecer, por meio de videoconferências e visitas presenciais as Gerências Regionais de Belém e Recife – GRB e GRR, controle e monitoramento das ações desenvolvidas, bem como revisar/implementar novas rotinas de trabalho para dar efetividade às ações. Como resultado do Grupo de Trabalho, no que se refere à carteira do Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, no início de 2015 havia um estoque de 171 projetos, ao longo do ano foram excluídos, 18 projetos, sendo 16 por cancelamento e dois por recebimento de Certificado de Empreendimento Implantado – CEI, uma redução de 10,5% da				

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

carteira no exercício de 2015. Ademais, foram realizados 24 acompanhamentos físico-contábeis que contribuíram para este desempenho, bem como ainda irão subsidiar novas decisões ao longo de 2016. Já em relação ao Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, em 2015, foram excluídos da carteira três projetos, todos por cancelamento dos incentivos fiscais. Assim o ano começou com 32 projetos ativos na carteira de projetos e encerrou com 29, uma redução de 9,3%. Foram realizados 14 acompanhamentos físico-contábeis, que também, contribuíram para este desempenho.

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 5 – Deliberações da CGU: Recomendação 138018

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.1.1.2	138018	14	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Aprovação indevida de readequação de reformulação do projeto Cia. Sul-americana de Brinquedos, beneficiário de recursos do Finor.				
Descrição da Recomendação				
Objeto da recomendação revisado com o intuito de monitorar o desfecho do caso - quanto à promessa de construção de novo galpão com recursos próprios e quanto à fiscalização agendada ao empreendimento para set/2015 para checar a viabilidade.				
Manifestações da SFRI				
Foi realizado acompanhamento físico-contábil no empreendimento no período de 11 a 13/04/2016, que gerou o REAFC 008/2016, o qual concluiu pelo cumprimento do previsto para o 1º trimestre e constatação de continuidade dos investimentos previstos para o 2º trimestre. Os técnicos salientaram ainda que: “os galpões, que continuam alugados a terceiros, e que se trata de investimentos já realizados e que foram merecedores de contrapartida de recursos do FINOR, foi objeto de dedução dos investimentos admitidos em acompanhamentos anteriores, o que resultou no lastro de recomendação negativo. No entanto, tal resultado não significa que a empresa não aportou recursos próprios e/ou de terceiros, pois tal situação deverá ficar regularizada à medida que a beneficiária realizar investimentos em substituição aos anteriormente admitidos.” Por meio do Despacho GRR 0226681, de 20/05/2016, a GRR informou ao DFRP que “a equipe constatou que a empresa cumpriu com o cronograma previsto para esse primeiro trimestre, referenciado, ainda, que a beneficiária realizou investimentos superiores, o que identifica já o início da segunda etapa do cronograma.” Conforme solicitado, pela CGU, encaminhou-se cópia do REAFC 008/2016 e do despacho GRR 0226457, de 20/05/2016.				

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 6 – Deliberações da CGU: Recomendação 138020

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.1.1.3	138020	17	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Apresentar relação dos projetos que se encontram em cobrança judicial, informando os valores desviados e os valores efetivamente recuperados.				
Descrição da Recomendação				
Em que pese o Gestor ter atendido a Recomendação Original, revisamos o objeto da recomendação com foco na checagem da efetividade do acompanhamento semestral a ser realizado pelo DFRP junto às Procuradorias Federais. Dar ciência dos resultados do acompanhamento e controle semestral dos processos de cobrança judicial a ser realizado junto às Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional.				
Manifestações da SFRI				
O acompanhamento e controle dos processos de cobrança judicial junto as Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional antes realizado pelo Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos – DFRP, por meio de Ofícios enviados uma vez por ano, passou a ser realizado por meio de reuniões presenciais e por videoconferência com a PGFN, visando estabelecer uma rotina de comunicação com as representações estaduais e com a Procuradora-Geral em Brasília, para fins de acompanhamento dos processos administrativos das empresas cujas dívidas foram enviadas para inscrição na Dívida Ativa da União.				

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Nessas reuniões estabeleceu-se que as consultas periódicas, sobre os processos encaminhados às PGFNs, poderiam ser realizadas, também, por meio de mensagem eletrônica, a fim de otimizar o tempo entre os questionamentos e o recebimento das respostas.

Sendo assim, informamos que em 2015, dos 74 processos referentes ao Finor, encaminhados para as PGFNs, 68 foram inscritos na Dívida Ativa da União. Em relação ao Finam, dos 291 processos 258 já foram incluídos na Dívida Ativa da União.

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 7 – Deliberações da CGU: Recomendação 138021

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.1.1.3	138021	17	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Instituir controles de acompanhamento de processos em cobrança extrajudicial e judicial.				
Descrição da Recomendação				
Dar ciência do acompanhamento e controle semestral dos processos de cobrança judicial realizado junto às Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional. Em vista de que a SFRI informou da realização do aprimoramento das rotinas para acompanhamento e controle dos processos de cobrança judicial realizado junto às Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional, alteramos o objeto da recomendação com intuito de obter dados sobre os resultados do monitoramento a ser realizado.				
Manifestações da SFRI				
Em relação a essa recomendação, o resultado do acompanhamento e controle semestral dos processos de cobrança judicial realizado junto às Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional estão descritos na recomendação 138020.				

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 8 – Deliberações da CGU: Recomendação 138022

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.2.1.4	138022	22	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Revisar atos de gestão do Diretor do DFRP à época que deram causa à concessão de direitos e / ou benefícios a projetos beneficiários - concessão de CEI, aprovação de pedido de reformulação de projeto, e decisão de apuratórios, etc -, sob os quais parem circunstâncias semelhantes à do caso em tela. Recepção indevida de Pedido de Readequação Técnica de Projeto cancelado com desvio de recursos. (Companhia Agrícola e Pecuária Uirapuru).				
Descrição da Recomendação				
Apurar responsabilidades dos Agentes que tomaram parte nas decisões. A recomendação continuará em monitoramento, tendo em vista que a SFRI vai informar o número do processo aberto no âmbito da Corregedoria Seccional do MI.				
Manifestações da SFRI				
Foi instaurado, pela Corregedoria Seccional do MI, o Processo nº 59000.000648/2015-13.				

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 9 – Deliberações da CGU: Recomendação 138024

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.2.1.1	138024	15	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Constituir comissão para rever os atos de aprovação dos CEI concedidos no exercício de 2013, e/ou sob as condições relatadas.

Descrição da Recomendação

Em vista de que foi criada a Comissão e tomadas as primeiras providências no sentido de rever os atos de aprovação de CEI concedidos sob as condições relatadas (Recomendação Original), revisamos o objeto da Recomendação com o intuito de acompanhar os resultados dos trabalhos até o desfecho da situação (instauração de sindicância).

Dar ciência à CGU sobre os resultados das análises e desfecho (inclusive quanto à instauração, ou não, de sindicância), no tocante aos 19 Processos cuja revisão de CEI pode conter indícios de não alinhamento com os normativos.

Manifestações da SFRI

Foi constituída, por meio da Corregedoria Seccional do MI, a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de apurar os fatos noticiados no Processo MI nº 59000.000953/2013-43.

Fonte: GAB/SFRI/MI

Quadro 10 – Deliberações da CGU: Recomendação 138027

Índice	Recomendação	Constatação	Ordem de Serviço	Data de Emissão
3.2.1.1	138027	15	20147552	28/11/2014
Descrição da Constatação				
Após a realização da revisão dos atos de aprovação dos CEI concedidos no exercício 2013, e/ou sob as condições relatadas, sob a responsabilidade da Comissão instituída pela Ordem de Serviço nº01/2014, os casos em que forem identificadas irregularidades/impropriedades serão encaminhados a Corregedoria Seccional do Ministério da Integração Nacional para que sejam apuradas as responsabilidades dos Agentes que tomaram partes nas decisões.				
Descrição da Recomendação				
Apurar responsabilidade dos Agentes que tomaram parte nas decisões. Prazo prorrogado para manifestação do Gestor.				
Manifestações da SFRI				
Foi constituída, por meio da Corregedoria Seccional do MI, a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de apurar os fatos noticiados no Processo MI nº 59000.000953/2013-43.				

Fonte: GAB/SFRI/MI

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que no ano de 2015, no âmbito da Secretaria não foram adotadas medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não executa atividade relacionada a Lei nº 8.666/1993.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que essa Secretaria não possui contrato firmado com empresas.

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Esse item não se aplica a SFRI, tendo em vista que a estratégia de comunicação do Ministério da Integração Nacional é definida e executada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, de acordo com o art. 11 do Anexo I da Portaria MI nº 270/2014.

9. ANEXOS

I. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Balanço Financeiro da SFRI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/04/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

Balço Orçamentário da SFRI


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORÇÃO
 SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/04/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no	-	-	-	-
Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de	-	-	-	-
Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa	-	-	-	-
Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de	-	-	-	-
Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições	-	-	-	-
Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à	-	-	-	-
Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos	-	-	-	-
Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-

Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Balço Patrimonial da SFRI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/04/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária (-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	845.074,61	847.199,02	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014

Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	845.074,61	847.199,02
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-2.124,41	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	847.199,02	847.199,02
Imobilizado	845.074,61	847.199,02	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	845.074,61	847.199,02
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	845.074,61	847.199,02			
Bens Imóveis	851.030,38	851.030,38			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.955,77	-3.831,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			

(-) Amortização Acumulada		-			
TOTAL DO ATIVO	845.074,61	847.199,02	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	845.074,61	847.199,02

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	845.074,61	847.199,02	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	845.074,61	847.199,02

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa da SFRI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/04/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-

Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-

Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 530024 - SECRET. DE FUNDOS REG. E INCETIVOS FISCAIS
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/04/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.124,41	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.124,41	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.124,41	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.124,41	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014

Nota Explicativa: O Resultado Patrimonial do Período a descoberto se deu em virtude da não movimentação de Ativos na Unidade, somente o registro da Depreciação, conforme determina a NBCT 16.9 (Valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultados do exercício).

II. Parecer sobre o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2015



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 007/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer sobre o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO, referente ao exercício de 2015.

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer é resultado do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional do Norte – FNO, referente ao exercício de 2015, encaminhado pelo Banco da Amazônia, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27.09.1989, o qual estabelece que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais do desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89 e na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional (MI), na forma do art. 14-A da Lei nº 7.827, definir as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Este Parecer está estruturado conforme abaixo:

1. Cenário Macroeconômico;
 - 1.1. Estimativa de Impacto das Aplicações do FNO;
2. Execução Orçamentária do FNO;
3. Aderência à PNDR;
4. Gestão Operacional do Fundo;
5. Aspectos Financeiros e Contábeis; e
6. Conclusão e Recomendações.

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

No orçamento inicial constante na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015 foi estimada uma arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) no total de R\$ 360,3 bilhões. No entanto, devido a fatores econômicos como as desonerações de alguns produtos como por exemplo, linha branca e veículos, essa estimativa de arrecadação sofreu ajustes ao longo do ano, caindo para R\$ 347,3 bilhões, conforme Decreto nº 8.580, de 27.11.2015.

Conforme apurou o *Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito*, houve recuo de 17,4% na procura das empresas por crédito em dezembro/15 na comparação com o mês imediatamente anterior (novembro/15). Já em relação ao mesmo mês do ano passado (dezembro/14),

a demanda das empresas por crédito cedeu 4,5%. Por sua vez, no acumulado do exercício de 2015, a demanda das empresas por crédito recuou 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do exercício de 2015, houve retrações da demanda por crédito em quase todas as regiões do país: Sudeste (-3,6%); Centro-Oeste (-3,7%); Nordeste (-4,6%); e Sul (-0,2%). Na Região Norte o índice foi positivo em 0,6%.

O *Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito* é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

No tocante ao crédito direcionado, seguimento em que os Fundos Constitucionais de Financiamento estão inseridos, percebe-se uma redução significativa nas contratações nos últimos dois exercícios, conforme números extraídos do Banco Central do Brasil apresentados na tabela abaixo:

Fontes	R\$ bilhões		
	2014	2015	Varição %
Crédito do SFN	295,5	239,9	-18,9
Fundos Regionais	24,5	20,7	-15,5

Fonte: BACEN

A redução do crédito também afetou um dos setores mais importante da economia do Brasil, o setor rural. De acordo com o Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro – SICOR do Banco Central do Brasil, considerando todas as fontes de recursos, houve uma queda de 12,2% no volume do crédito rural em 2015 na Região Norte, que passou de R\$ 8,2 bilhões em 2014 para R\$ 7,2 bilhões em 2015. Em relação à quantidade de operações contratadas a queda foi ainda maior, de 5,9%, passando de 131.674 operações em 2014 para 97.524 em 2015. Esses dados demonstram o efeito da redução da demanda por crédito no mercado nacional.

1.1 – ESTIMATIVA DE IMPACTO DAS CONTRATAÇÕES DO FNO

Segundo o Relatório do Banco da Amazônia, a partir de simulações realizadas com base na metodologia de insumo-produto, com o auxílio do software Amazonsys, estima-se que os financiamentos concedidos através do FNO no exercício contribuirão para gerar importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, como o incremento de R\$ 35,4 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) Regional, o aumento de R\$ 18,7 bilhões no PIB da Região Norte, a geração/manutenção de 643.566 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades, geração de salários no total de R\$ 3,8 bilhões e a geração de R\$ 5,2 bilhões em tributos.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FNO

Para fins de cálculo de repasses aos Fundos Constitucionais, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi arrecadado de IPI e IR o montante de R\$ 355,3 bilhões no período de 20.12.2014 a 21.12.2015. Desse montante, 0,6% foi repassado ao FNO, conforme define o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.

No exercício de 2015, foram repassados pela STN ao Banco da Amazônia, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, o montante de R\$ 2,1 bilhões para crédito ao FNO, correspondendo a 103,5% do valor do repasse previsto para o ano de 2015 (R\$ 2,0 bilhões) e superior ao valor dos repasses efetivados no exercício anterior (R\$ 2,0 bilhões).

Em relação aos reembolsos de crédito, esses tiveram um aumento de 27%, passando de R\$ 2,2 bilhões em 2014, para R\$ 2,8 bilhões no ano de 2015.

No tocante aos financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2015, foi contratado o montante de R\$ 4,0 bilhões, por meio de 28.968 operações de crédito, representando 95,2% do valor previsto para o ano (R\$ 4,2 bilhões), demonstrando um desempenho 26,0 % menor em relação ao exercício anterior, no qual foram contratados 5,3 bilhões.

Segundo o Banco, *"a retração nos financiamentos do Fundo verificada no exercício de 2015 em relação a 2014 decorreu, fundamentalmente, por força de fatores exógenos à política de crédito do Banco da Amazônia, ou seja, foi diretamente influenciada pela conjuntura econômica nacional."*

Em comparação com o exercício de 2014, a quantidade de operações contratadas teve uma redução de 24,1% (38.172 em 2014 e 28.968 em 2015).

Por tudo isso, o ticket médio não sofreu grande impacto, o qual em 2014 fechou em R\$ 140,3 mil e em 2015 R\$ 136,9 mil por operação.

3 – ADERÊNCIA À PNDR

Considerando que o FNO é um dos principais instrumentos financeiros da PNDR na Região Norte, o Banco da Amazônia deve priorizar, na alocação dos recursos desse Fundo, os setores produtivos desenvolvidos nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, dinâmicos e estagnados, bem como os espaços prioritários: mesorregiões diferenciadas do MI e municípios da Faixa de Fronteira, conforme estabelecem as Diretrizes e Orientações Gerais do FNO.

Verificou-se que os municípios classificados como de baixa renda, estagnada e dinâmica, contrataram no período em análise o valor de R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a 74% dos recursos totais aplicados na Região.

No que tange à quantidade de operações contratadas, esses municípios foram responsáveis pela contratação de 88,8% do total de operações (28.968), ou seja, 25.714 operações de crédito foram realizadas com tomadores sediados nesses municípios.

É mister informar que os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos e estagnados representam 94,4% dos municípios pertencentes à região de atuação do Fundo.

Em relação às Mesorregiões, observa-se que as contratações totalizaram R\$ 1,5 bilhão, o que equivale a 99,0% da meta programada para o exercício de 2015 (R\$ 1,6 bilhão).

4 – GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

Na aplicação dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia deve levar em consideração as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, conforme Portaria Nº 296, de 14.08.2014 e as diretrizes e prioridades aprovadas *Ad referendum* pelo CONDEL/SUDAM, por meio do Ato nº 25, de 15.08.2014, referendado pela Resolução nº 40 de 11.12.2014, as quais foram observadas na programação de aplicação de recursos desse Fundo.

Nesse contexto, as principais ocorrências e resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNO no ano de 2015 estão sintetizados a seguir:

- Houve contratação com recursos do Fundo em 96,2% dos municípios da área de financiamento do FNO, cumprindo o estabelecido nas Diretrizes e Orientações Gerais do FNO para 2015;
- Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FNO de 5,0% para contratação por UF, o Banco não atingiu a meta de contratação nos Estados do Amapá (1,8%) e Roraima (0,8%);
- Os tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno e pequeno-médio) foram responsáveis por 98,9% das operações contratadas e 68,4% do montante aplicado, superando o mínimo

estabelecido de 51% para esse seguimento, conforme programação do Fundo;

- d) O limite máximo de 30% para contratação do FNO com o Setor de Comércio e Serviços não foi respeitado pelo Banco, tendo em vista a aplicação de 30,8% dos recursos nesse setor;
- e) O volume maior de contratação ocorreu no Setor Rural, cuja participação alcançou 60,7% do total contratado, resultando em um ticket médio de R\$ 101,5 mil por operação;
- f) No âmbito do Pronaf foram contratadas 21.319 operações no montante de R\$ 682,9 milhões, sendo que 71,5% desses recursos foram destinados à linha Pronaf Mais Alimentos Familiar;
- g) O Banco destinou 75% dos recursos contratados no exercício (R\$ 3,0 bilhões) para a finalidade de investimento, por meio de 23.514 operações;
- h) Das 28.968 operações contratadas, 60,8% são de até 35 mil, nas quais pode-se observar um ticket médio de R\$ 12,8 mil;
- i) As propostas em carteira e pendentes de análise e/ou em fase de contratação, no final do ano de 2015, somavam R\$ 1,1 bilhão. Já as propostas indeferidas somaram R\$ 81,4 milhões;
- j) Foram contratados R\$ 1,5 bilhão, em 13.718 operações de crédito com clientes que obtiveram empréstimos do FNO pela primeira vez, o que representa 38,2% do total contratado no período;
- k) O Banco da Amazônia realizou a renegociação e recuperação de 5.426 operações de créditos do FNO, no valor total de R\$ 289,0 milhões;
- l) Destaca-se, entre outras ações para incrementar as contratações, a realização de 20 seminários do FNO-Itinerante, contemplando os municípios de todos os estados da região, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada, que resultou na contratação/prospecção de 147 operações de crédito, no valor total de R\$ 6,5 milhões;

5 – ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

Ao final do exercício de 2015, a Carteira Total do Fundo apresentou um saldo de R\$ 19,9 bilhões, crescimento de 18,5% em relação ao exercício anterior, no qual registrava um saldo de R\$ 16,8 bilhões. Além disso, observa-se que 46,2% do saldo da carteira corresponde a operações de crédito contratadas com o setor Rural, mantendo assim o percentual de participação de 2014.

A respeito da composição da Carteira, vale destacar o Estado do Pará, que tem a maior participação, com R\$ 6,3 bilhões (31,7%), seguido do Estado do Tocantins que participa com R\$ 3,5 bilhões (17,6%). Por outro lado, o Estado de Roraima tem a menor participação na carteira do FNO, alcançando R\$ 0,3 bilhões (1,5%).

Outro destaque importante da composição da Carteira do FNO, diz respeito ao risco de crédito das operações, sendo que 93,6% da carteira é composta de operações com risco compartilhado entre o Fundo e Banco, enquanto que apenas 6,4% das operações são de risco exclusivo do Fundo.

O FNO registrou ao final de 2015 um saldo de inadimplência de R\$ 566,7 milhões, representando um índice 2,8%, ou seja, uma diminuição em relação ao exercício anterior, no qual apresentava índice de 3,9%, o que demonstra a eficiência da atuação e das ações que o Banco vem desenvolvendo visando ao controle desse índice.

De acordo com as Demonstrações Financeiras do FNO, do exercício de 2015 o Fundo registrou um prejuízo de R\$ 136,8 milhões. No exercício anterior, o resultado foi positivo em R\$ 15,8 milhões.

As receitas do Fundo no atingiram o valor R\$ 1,0 bilhão. Já as despesas, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, sendo que 98,9% desse valor refere-se às despesas de remuneração do Banco, como a Taxa de Administração (R\$ 426,3 milhões) e a remuneração na operacionalização do Pronaf (R\$ 199,8

milhões), com bônus de adimplência (R\$ 195,9 milhões) e provisão para operações de crédito (R\$ 321,7 milhões).

O prejuízo registrado em 2015 (R\$ 136,8 milhões) foi impactado devido ao ajuste referente à remuneração do Banco na operacionalização das operações de Pronaf com risco compartilhado, no período de maio de 2013 a dezembro de 2014 no valor de R\$ 107,0 milhões, de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.213 de 30.04.2013.

O Patrimônio Líquido (PL) do Fundo – que representa a soma das Transferências da STN de exercícios anteriores (R\$ 16,2 bilhões), das Transferências da STN do exercício de 2015 (R\$ 2,1 bilhões), Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores (558,9 milhões) e o Resultado do Exercício (prejuízo de R\$ 136,8 milhões) – registrou ao final de 2015 o total R\$ 20,8 bilhões, totalizando um aumento percentual de 10,6% em relação ao exercício anterior.

O Fundo acumula um lucro total de R\$ 422,1 milhões, o que equivale a 2,0% do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia ao final do exercício era de R\$ 1,9 bilhão, o que representa apenas 9,0% do Patrimônio Líquido do Fundo, cabendo observar a baixa representatividade do PL do Banco em relação ao PL do Fundo.

Outra informação importante que se observa nas Demonstrações de 2015 do Fundo é em relação aos valores baixados como perdas, cujo montante registrado é de R\$ 582,0 milhões, sendo R\$ 194,4 assumidos pelo Banco da Amazônia, em razão do risco compartilhado (33,4%) e R\$ 387,6 milhões pelo Fundo (66,6%), o que totaliza um aumento de 11,5% em relação a 2014, quando foram baixados R\$ 522,0 milhões, R\$ 195,0 assumidos pelo Banco e R\$ 327,0 pelo Fundo.

No mesmo período restou registrada nas demonstrações uma provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 153,4 milhões, sendo 49% risco do Fundo e 51% compartilhado.

As disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito e os recursos comprometidos com operações de crédito, tiveram uma diminuição 43,8% ao final do exercício de 2015 em relação ao ano de 2014, de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 1,5 bilhões.

As despesas com remuneração do Banco Operador somaram R\$ 626,1 milhões em 2015, valor 48,5 % maior que no ano anterior (R\$ 421,7 milhões). A regularização de remuneração do Pronaf (R\$ 107,1 milhões) causou um impacto de 17,1 % no total.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras do Fundo foram examinadas pela Empresa KPMG Auditores Independentes, e que, em seu Parecer, consta a opinião de que as demonstrações financeiras do Fundo apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional do Norte – FNO.

6 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referente ao exercício de 2015, apresenta o desempenho do Banco da Amazônia na aplicação dos recursos do FNO, que deve estar alinhada com as Diretrizes e Orientações Gerais, às diretrizes e prioridades regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo, bem como ter como referência maior a PNDR.

Nesse contexto, ao final do ano, verificou-se que o Banco da Amazônia vem cumprindo boa parte das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do FNO, ressaltando o desempenho das contratações nas tipologias prioritárias da PNDR, que absorveram 74,0% dos financiamentos concedidos no período em análise, e 88,8% das operações de crédito contratadas.

Merecem destaque, ainda, as contratações com tomadores de menor porte, que no exercício chegaram a 68,5% dos recursos contratados.

Igualmente, cabe destacar o percentual de 75% dos recursos aplicados pelo Fundo com a finalidade de investimento, que contribui para a formação de capital fixo dos tomadores e, consequentemente, com o desenvolvimento regional.

Contudo, nota-se que o Banco não alcançou a meta de aplicação mínima de 5% em alguns Estados (Amapá 1,8% e Roraima 0,8%), os quais já foram objeto de recomendação ao Banco da Amazônia em Pareceres anteriores.

O Relatório do FNO apresentou um plano de providências para cumprimento das recomendações constantes do Parecer Conjunto nº 95/2015/SFRI/2015/SFRI/SUDAM/MI, com prazo proposto para implementação das providências até 31.12.2015, excetuando-se a recomendação de rever o planejamento para incrementar a atuação nos Estados de Roraima e Amapá, pois o Banco adotou um prazo permanente para esse fim.

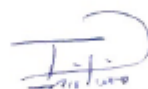
Nota-se que, embora tenha sido registrado prejuízo no exercício de 2015, o Fundo vem apresentando lucro acumulado de exercícios anteriores.

Vale lembrar que a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais deste Ministério, realizou reunião com representantes do Banco da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para discutir o desempenho e os aspectos mais relevantes do FNO referente exercício de 2015.

Dessa forma, considerando o desempenho do Banco da Amazônia na aplicação dos recursos do Fundo, manifestamos o nosso “de acordo” na aprovação do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FNO, referente ao ano de 2015, com as seguintes recomendações ao Banco da Amazônia para que:

- Adote os controles necessários para que o montante dos financiamentos aos beneficiários dos setores de comércio e de serviços não extrapole o limite máximo de 30% do valor total aplicado no exercício; e
- Intensifique as ações capazes de contribuir para que os empréstimos com recursos do FNO alcancem todos os municípios da Região.

Brasília, 07 de julho de 2016.



IRIS CARLOS PINTO
Analista Técnico Administrativo

Senhor Secretário,
por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2016.



MARINA SERVATO FERREIRA
Diretora Substituta

De acordo,

Brasília, 07 de julho de 2016.



DJALMA BEZERRA MELLO
Secretário

III. Parecer sobre o Relatório de Resultados e Impactos do FNE, referente ao exercício de 2015



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 008/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer sobre o Relatório de Resultados e Impactos do FNE, referente ao exercício de 2015.

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer é resultante do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – MI, e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referente ao exercício de 2015, encaminhado pelo Banco do Nordeste – BNB, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27.09.1989, o qual estabelece que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89 e na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional (MI), na forma do art. 14-A da Lei nº 7.827, definir as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Para o exercício de 2015 essas diretrizes e orientações gerais foram consubstanciadas na Portaria nº 297, de 14 de agosto de 2014, deste Ministério, e na Resolução nº 078/2014, de 15 de agosto de 2015, do Condel/Sudene.

Este Parecer está estruturado conforme abaixo:

1. Cenário Macroeconômico;
 - 1.1 Estimativa de impacto com as contratações do FNE;
2. Execução Orçamentária do FNE;
3. Aderência à PNDR;
4. Gestão Operacional do Fundo;
5. Aspectos Financeiros e Contábeis; e
6. Conclusão e Recomendações.

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

No orçamento inicial constante na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015 foi estimada uma arrecadação de IPI e IR no total de R\$ 360,3 bilhões, no entanto, devido a fatores econômicos como as desonerações de alguns produtos, como por exemplo linha branca e veículos, essa estimativa de arrecadação sofreu ajustes ao longo do ano, caindo para R\$ 347,3 bilhões, conforme Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015.

Conforme apurou o *Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito*, houve recuo de 17,4% na procura das empresas por crédito em dezembro/15 na comparação com o mês

imediatamente anterior (novembro/15). Já em relação ao mesmo mês do ano passado (dezembro/14), a demanda das empresas por crédito cedeu 4,5%. Por sua vez, no acumulado do exercício de 2015, a demanda das empresas por crédito recuou 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do exercício de 2015, houve retrações da demanda por crédito em quase todas as regiões do país: Sudeste (-3,6%); Centro-Oeste (-3,7%); Nordeste (-4,6%); Norte (0,6%) e Sul (-0,2%).

O Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

Ressalte-se que, no tocante ao crédito direcionado, segmento em que os Fundos Constitucionais estão inseridos, percebe-se uma redução significativa nas contratações nos últimos dois exercícios, conforme números extraídos do Banco Central do Brasil apresentados na tabela abaixo:

R\$ Bilhões			
Fontes	2014	2015	Varição %
Crédito do SFN	295,5	239,9	-18,9
Fundos Constitucionais	24,5	20,7	-15,5

Fonte: BACEN

A redução do crédito também afetou um dos setores mais importante da economia do Brasil, o setor rural. De acordo com o Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro – SICOR do Banco Central do Brasil, considerando todas as fontes de recursos, houve uma queda de 12% no volume do crédito rural em 2015 na Região Nordeste, que passou de R\$ 13,8 bilhões em 2014 para R\$ 12,2 bilhões em 2015. Em contrapartida, em relação a quantidade de operações, há um aumento de 4%, passando de 860.967 operações em 2014 para 895.015 em 2015.

1.1 – ESTIMATIVA DE IMPACTO COM AS CONTRATAÇÕES DO FNE

Segundo o Banco do Nordeste - BNB, por meio do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, estima-se que os investimentos realizados no ano 2015 acarretarão acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 23,7 bilhões, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda). O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o rural, com 47,1% desse valor, ficando o setor de comércio e serviços como segundo em participação, 34,1% (Tabela 80 do Relatório do Banco).

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 14,3 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, com mais de R\$ 6 bilhões. Os resultados nos setores industrial e de comércio e serviços, também são expressivos.

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 839 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2015, pois, à medida que os efeitos de compra e venda são efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas, ou mantidas, a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, para o ano de 2015, indicam uma entrada de 2,7 milhões de novas ocupações na área de atuação do Banco do Nordeste. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, representam 30,8% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED. Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, cerca de 498 mil ocupações deverão ser geradas ou mantidas no Setor Rural, representando 59,3% dos empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos estimados serão mantidos durante um ano.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FNE

Para fins de cálculo de repasses aos Fundos Constitucionais, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, foi arrecadado de IPI e IR o montante de R\$ 355,3 bilhões no período de 20.12.2014 a 21.12.2015. Desse montante, 1,8% foi repassado ao FNE, conforme define o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.

No exercício de 2015, foram repassados ao BNB pelo STN, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, R\$ 6,3 bilhões para crédito ao FNE, correspondendo a 99,4% do valor do repasse previsto para o ano (R\$ 6,4 bilhões).

Já os retornos de financiamento tiveram um aumento significativo, passando de R\$ 7,8 bilhões em 2014, para R\$ 9,5 bilhões no mesmo período de 2015.

Em relação aos financiamentos com recursos do FNE no exercício de 2015, foi contratado o montante de 11,5 bilhões, por meio de 506.117 operações de crédito, representando 89% do valor previsto para o ano (R\$ 12,9 bilhões), demonstrando um desempenho inferior ao mesmo período do exercício anterior, no qual foram contratados 102,7% do valor previsto para o ano.

3 – ADERÊNCIA À PNDR

Considerando que o FNE é um dos principais instrumentos de financiamento da PNDR na Região Nordeste, o BNB deve priorizar, na alocação dos recursos desse Fundo, os setores produtivos desenvolvidos nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica, bem como os espaços prioritários: Semiárido, Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE's, e as Mesorregiões diferenciadas do MI.

Nesse sentido, destacam-se as contratações nos municípios classificados como de baixa renda, estagnada e dinâmica, que juntos atingiram no período em análise o valor de R\$ 9,2 bilhões (pág. 49 do Relatório do Banco), correspondendo a 79,6% dos recursos totais aplicados na Região, ficando acima da meta prevista na programação em 1,4%; e a contratação no Semiárido, onde foram contratados R\$ 4,1 bilhões (pág. 54 do Relatório do Banco), o que representa 63,7% dos repasses da STN, atendendo, assim, ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima de 50% dos recursos ingressados no FNE.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Banco, visando ao incremento das contratações no Semiárido, ressaltam-se os 189 eventos de FNE Itinerante realizados no ano de 2015 (pág. 55 do Relatório).

Em relação às Mesorregiões, observa-se que as contratações ultrapassaram em 19% a meta reprogramada para o ano de 2015.

As contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro superaram 10,5% da meta reprogramada para o ano e as contratações na RIDE Grande Teresina - Timon excederam 43% do total reprogramado.

4 – GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

Na aplicação dos recursos do FNE, o BNB deve levar em consideração as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, conforme Portaria nº 297/2014 e as diretrizes e prioridades definidas pela Resolução Condel/Sudene nº 078/2014, as quais foram observadas na programação de aplicação de recursos desse Fundo.

Nesse contexto, as principais ocorrências verificadas na aplicação dos recursos do FNE, no ano de 2015, estão sintetizadas a seguir:

- a) Houve a contratação com recursos do Fundo em todos os estados da área de financiamento do FNE e foram atendidos todos os 1.990 municípios da área de atuação do Fundo;

- b) Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FNE de 4,5% para contratação por UF, exceto no Estado do ES, o Banco não atingiu essa meta nos Estados de AL (3,8%) e SE (3,2%), conforme tabela 26 do Relatório do Banco.
- c) O limite máximo de 30% para contratação do FNE com o setor de comércio e serviços vem sendo respeitado pelo Banco, que aplicou, nesse segmento, 29% do total contratado no período em análise;
- d) O volume maior de contratação ocorreu no setor rural, cuja participação alcançou 47,9% do total contratado e 105% do total reprogramado para o ano;
- e) no âmbito do Pronaf foi contratado o montante de R\$ 2,3 bilhões, sendo que 81% desses recursos foram destinados à Pecuária;
- f) O setor industrial contratou 53,6% do valor reprogramado para o ano;
- g) As contratações no setor de infraestrutura ultrapassaram o total programado para esse segmento em 17,7%, destacando-se o Estado do Ceará que concentrou 75,8% das contratações deste setor;
- h) As contratações com tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno, pequeno- médio, inclusive suas associações e cooperativas) representaram 59,1% do valor total contratado no exercício de 2015 (Tabela 34 do Relatório do Banco), observando ainda o limite mínimo de 30% para os beneficiários de mini, micro e pequeno porte, estando assim em conformidade com a programação de aplicação do FNE;
- i) O Banco destinou 70% dos recursos contratados no exercício (R\$ 8,1 bilhões) para a finalidade de investimento.
- j) O BNB registrou, ao final do ano, uma demanda de R\$ 1,4 bilhão para propostas em carteira;
- k) Das 506.117 operações contratadas, 88% são de contratações de até 10 mil e o ticket médio global ficou em 23 mil;
- l) Em conformidade com art. 9º da Lei nº 7.827/89, que determina que o Banco pode repassar até 3% (R\$ 387 milhões) do total previsto (R\$ 12,9 bilhões), conforme dispõe a Reprogramação de Aplicação do FNE para 2015. Deste valor, o BNB efetuou transferências à Agência de Fomento do RN – AGN, ao Banco do Estado de Sergipe – BANESE e à Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, no total de R\$ 23 milhões, ou seja, 6% do valor que o Banco pode repassar às outras instituições financeiras;
- m) O BNB renegociou 41.953 operações de crédito no âmbito do FNE, o que implicou na regularização de dívidas no total de R\$ 404,5 milhões, propiciando assim o recebimento em espécie de R\$ 52,1 milhões, conforme tabela 77 do Relatório do Banco;
- n) Destaca-se, entre outras ações para incrementar as contratações, a realização de 2.434 “Agências Itinerantes” pelo Banco do Nordeste em municípios onde não há agência do Banco, atendendo 63.616 agricultores em mais de 825 municípios.

5 – ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

Ao final do exercício de 2015, a Carteira Total do Fundo apresentava o montante de R\$ 47,9 bilhões, sendo que R\$ 1,6 bilhão estava em atraso, representando um índice de inadimplência de 3,4%, o que demonstra um percentual maior do que aferido no mesmo período do ano anterior (2,8%).

O valor total lançado em perdas, no ano de 2015, foi de R\$ 1,2 bilhão, sendo que, por se tratar de operações de risco do BNB (compartilhado e integral), R\$ 412,0 milhões foram devolvidos ao Fundo, totalizando uma perda de R\$ 756,9 milhões.

De acordo com as Demonstrações Financeiras do FNE de 31 dezembro de 2015, o FNE registrou um lucro de R\$ 45 milhões, diferente dos últimos 5 anos, os quais apresentaram resultados negativos.

As receitas do Fundo no ano atingiram o valor R\$ 2,43 bilhões. Já as despesas, totalizaram R\$ 2,38 bilhões, sendo que 67,1% desse valor refere-se às despesas de remuneração do Banco, como a Taxa

de Administração (R\$ 1,3 bilhão) e a remuneração na operacionalização do PRONAF (R\$ 321 milhões). No mesmo período do exercício anterior esse percentual de despesas foi de 70,2%.

O Fundo acumula um prejuízo total de R\$ 1,4 bilhão, o que representa 2,3% do Patrimônio Líquido do Fundo que na posição de 31.12.2015 é de R\$ 59,9 bilhões.

Considerando o resultado do período (R\$ 45 milhões), os ajustes de exercícios anteriores (R\$ 25,6 milhões), que se referem a recálculos de encargos com operações de crédito, e as transferências da STN do período (R\$ 6,4 bilhões), o Patrimônio Líquido do Fundo teve um aumento de 12% no exercício de 2015.

No mesmo período, constava no Balanço Patrimonial do Fundo em provisão para crédito de liquidação duvidosa o valor de R\$ 690 milhões.

Cabe enfatizar o aumento de provisão para perdas em operações de crédito referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, que em 2014 registrava o valor de R\$ 18,3 milhões e ao final de 2015 registrou o montante de R\$ 50,3 milhões, conforme notas explicativas das Demonstrações Financeiras do FNE do exercício de 2015.

As disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em novas operações de crédito e os recursos comprometidos com operações de crédito, tiveram um aumento de R\$ 3,5 bilhões ao final do ano de 2015, em relação ao início do exercício.

Dessa forma, o FNE encerrou o ano com R\$ 11,3 bilhões em disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), sendo que 53,1% desse valor estavam comprometidos com operações de crédito contratadas e não desembolsadas, ou seja, 46,9% permaneciam livres para novas contratações, o que evidencia a necessidade de o Banco intensificar as contratações, tendo em vista a importância da aplicação plena dos recursos para a promoção do desenvolvimento.

No Balanço do Fundo de 31.12.2015, os Ativos Totais do FNE atingiram o total R\$ 59,9 bilhões, representando um aumento de 12% comparado ao exercício de 2014, sendo que 37% estão no curto prazo e 63% no longo prazo.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras do Fundo foram examinadas pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/A, e que, em seu Parecer, emitiram a opinião de que as demonstrações financeiras do Fundo apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

5 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, referente ao exercício de 2015, apresenta o desempenho do Banco do Nordeste na aplicação dos recursos do FNE, que deve estar alinhada às Diretrizes e Orientações Gerais, às diretrizes e prioridades regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo que tem como referência maior a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Nesse contexto, ao final do exercício de 2015, pode-se observar que o BNB vem cumprindo boa parte das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do FNE. Em que pese o cenário macroeconômico indicar no mercado uma queda na demanda por crédito, ressalta-se o bom desempenho das contratações do Fundo que foram superiores quando comparado ao mesmo período do ano anterior, bem como o desempenho das contratações nas tipologias prioritárias da PNDR, as quais vinham superando a meta programada.

Merece destaque o percentual de 75% dos recursos aplicados pelo Fundo com a finalidade de investimento, que contribui para a formação de capital fixo dos tomadores e, consequentemente, com o desenvolvimento regional.

Contudo, nota-se que o Banco ainda não conseguiu alcançar a meta de aplicação mínima em dois Estados, os quais já foram objeto de recomendação ao BNB em Pareceres anteriores.



No que pese as ações desenvolvidas pelo Banco visando controlar o índice de inadimplência, observa-se que houve um aumento no índice em 2015 (3,4%) em comparação ao mesmo período do ano anterior (2,8%).

Vale destacar, que esta Secretaria implantou um ponto de controle para acompanhamento do FNE, que consiste na realização de reuniões trimestrais com a participação do Banco do Nordeste e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

No dia 08/03/2016 foi realizada reunião por meio de videoconferência com a participação do Ministério da Integração Nacional, Banco do Nordeste e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ocasião em que foram discutidos os aspectos mais relevantes sobre o desempenho do FNE em 2015.

Por fim, considerando que as orientações e metas na aplicação dos recursos do Fundo estão, em sua grande maioria, sendo respeitadas, manifestamos o nosso “de acordo” na aprovação do Relatório de Resultados e Impactos do FNE referente ao exercício de 2015, com as seguintes recomendações ao Banco do Nordeste para que:

- Promova ações, contando com a participação de órgãos estaduais, no sentido de ampliar as contratações nos Estados de Alagoas e Sergipe, de modo a superar as dificuldades que impedem um volume maior de aplicação naqueles estados;
- Intensifique seus esforços no sentido de implementar ações efetivas para a redução do índice de inadimplência.

Brasília, 24 de junho de 2016.


PAULO SÉRGIO DOS SANTOS COSTA
Assistente Técnico-Administrativo

Senhor Secretário,

Por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2016.


MARINA SERVATO FERREIRA
Diretora Substituta

De acordo.


DJALMA BEZERRA MELLO
Secretário

Brasília, 07 de julho de 2016.

IV. Parecer que trata do Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do FCO, no exercício de 2015



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 009/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer que trata do Relatório
Circunstanciado sobre as Atividades
Desenvolvidas e os Resultados Obtidos
do FCO, no exercício de 2015.

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer é resultado do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o os resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, referente ao exercício de 2015, encaminhado pelo Banco do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27.09.1989, o qual estabelece que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais do desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Inicialmente, cabe lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89 e na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional (MI), na forma do art. 14-A da Lei nº 7.827, definir as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Para o exercício de 2015 essas diretrizes e orientações gerais foram estabelecidas na Portaria nº 298, de 14/08/2014, deste Ministério.

Este Parecer está estruturado conforme abaixo:

1. Cenário Econômico
 - 1.1 Estimativa de empregos gerados com as contratações do FCO
2. Execução Orçamentária do FCO;
3. Aderência à PNDR;
4. Gestão Operacional do Fundo;
5. Aspectos Financeiros e Contábeis; e
6. Conclusão e Recomendações.

1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO

No orçamento inicial constante na Lei Orçamentária Anual - LOA 2015 foi estimada uma arrecadação de IPI e IR no total de R\$ 360,3 bilhões, no entanto, devido a fatores econômicos como as desonerações de alguns produtos como por exemplo, linha branca e veículos, essa estimativa de arrecadação sofreu ajustes ao longo do ano, caindo para 347,3 bilhões, conforme Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015.

Conforme apurou o *Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito*, houve recuo de 17,4% na procura das empresas por crédito em dezembro/15 na comparação com o mês imediatamente anterior (novembro/15). Já em relação ao mesmo mês do ano passado (dezembro/14), a demanda das empresas por crédito cedeu 4,5%. Por sua vez, no acumulado do exercício de 2015, a demanda das empresas por crédito recuou 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do exercício de 2015, houve retrações da demanda por crédito em quase todas as regiões do país: Sudeste (-3,6%); Centro-Oeste (-3,7%); Nordeste (-4,6%); Norte (0,6%) e Sul (-0,2%).

O *Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito* é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

Ressalte-se que, no tocante ao crédito direcionado, segmento em que os Fundos Constitucionais estão inseridos, percebe-se uma redução significativa nas contratações nos últimos dois exercícios, conforme números extraídos do Banco Central do Brasil apresentados na tabela abaixo:

R\$ bilhões

Fontes	2014	2015	Varição %
Crédito do SFN	295,5	239,9	-18,9
Fundos Constitucionais	24,5	20,7	-15,5

Fonte: BACEN

A redução do crédito também afetou um dos setores mais importante da economia do Brasil, o setor rural. De acordo com o Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro – SICOR do Banco Central do Brasil, considerando todas as fontes de recursos, houve uma queda de 6% no volume do crédito rural em 2015 na Região Centro-Oeste, que passou de R\$ 36,6 bilhões em 2014 para R\$ 34,5 bilhões em 2015. Do mesmo modo, em relação a quantidade de operações, há uma queda de 12%, passando de 185.884 operações em 2014 para 163.732 em 2015, dados que demonstram a queda na demanda por crédito no mercado.

1.1 – ESTIMATIVA DE EMPREGOS GERADOS COM AS CONTRATAÇÕES DO FCO

Segundo informação do Banco do Brasil em seu relatório, de acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 599,6 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na Região (227,7 mil diretos e 371,9 mil indiretos) no exercício de 2015.

Se considerarmos o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2015, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6,0 milhões.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FCO

Para fins de cálculo de repasses aos Fundos Constitucionais, de acordo com a STN, foi arrecadado de IPI e IR o montante de R\$ 355,3 bilhões no período de 20.12.2014 a 21.12.2015. Desse montante, 0,6% foi repassado ao FCO, conforme define o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal.

Dessa forma, no ano de 2015, foram repassados pela STN ao Banco do Brasil, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, R\$ 2,1 bilhões (0,6% da arrecadação de IPI e IR) para crédito ao FCO, correspondendo a 92,6% do valor do repasse previsto para o ano de R\$ 2,3 bilhões.

Verifica-se que o montante de recursos ingressados via STN foi superior ao do exercício anterior em 5% (R\$ 2,0 bilhões).

Em relação aos retornos de financiamento, o FCO teve uma queda de 4,5% quando comparado ao exercício anterior, passando de R\$ 3,9 bilhões em 2014 para R\$ 3,7 bilhões em 2015. O valor de 2015 representa 95,7% do valor previsto para o ano, já em 2014, o retorno de financiamentos ultrapassou a previsão inicial daquele ano em 107%.

Os financiamentos com recursos do FCO no exercício de 2015, contrataram o montante de R\$ 5,3 bilhões, por meio de 52.900 operações de crédito, o que representa 88% do valor que era previsto para o ano (R\$ 6,0 bilhões), atingindo assim um desempenho em relação ao volume de contratação 7,6% inferior ao do exercício anterior, no qual foram contratados R\$ 5,8 bilhões.

Em comparação com o exercício de 2014, a quantidade de operações contratada teve um crescimento de 37,5% (38.474 em 2014 e 52.900 em 2015), tendo o maior aumento as contratações junto ao Pronaf Demais, que representaram 46,6% das operações no exercício, o que pode explicar a redução no volume de recursos aplicados, uma vez que essas operações são mais pulverizadas.

3 – ADERÊNCIA À PNDR

Considerando que o FCO é um dos principais instrumentos de financiamento da PNDR na região Centro-Oeste, o Banco do Brasil, atendendo às Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas por este Ministério, deve priorizar, na alocação dos recursos desse Fundo, os setores produtivos desenvolvidos nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, e os espaços prioritários: os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE-DF), a Mesorregião de Águas Emendadas e os municípios de Faixa de Fronteira.

Nesse sentido, as contratações nos municípios classificados como renda estagnada e dinâmica somaram no exercício de 2015 o montante de R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a 51,3% dos recursos totais aplicados na Região, atingindo um percentual de participação abaixo da meta prevista na programação de aplicação do Fundo que era 57%.

No que tange à quantidade de operações contratadas, há uma melhora de participação desses municípios, que foram responsáveis pela contratação de 61,1% do total de operações contratadas (52.900), ou seja, 32.304 operações de crédito foram realizadas no período, contemplando todos os 319 municípios de renda estagnada e dinâmica da região, o que representa 68% dos 467 municípios localizados na área de atuação do FCO.

Importante destacar que o acompanhamento realizado por esta Secretaria leva em consideração, para fins de recomendação, o percentual de participação em relação aos valores contratados, isto é, no mínimo 57% (percentual previsto inicialmente na programação) dos recursos contratados no exercício deveriam ser nos municípios de renda estagnada e dinâmica.

Percebe-se no Relatório Circunstanciado do Banco do Brasil que estão sendo realizadas ações, em conjunto com a Sudeco, com o próprio MI, com representantes das instituições operadoras de repasse e membros dos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais (CDE), a fim de discutir alternativas para o incremento das contratações nesses municípios.

Desse modo, entre as alternativas discutidas, estão: a realização de Caravana do FCO, preferencialmente nos municípios de economia estagnada ou dinâmica; a realização de fórum FCO, com entidades de classe e representantes do setor produtivo; e a realização de palestras em feiras, exposições e eventos de negócios rurais e empresariais.

Em relação à RIDE/DF e aos municípios Goianos da RIDE, as contratações totalizaram R\$ 236,6 milhões nessa região, o equivalente a 135,4% do valor programado para o exercício (R\$ 174,8 milhões), em 1.611 operações firmadas.

A respeito da Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 597,5 milhões nessa região, representando 116,6% do valor previsto na Programação do Fundo para o ano de 2015 (R\$ 512,3 milhões), e 11,3% do total aplicado no ano, ficando acima dos 8,5% previstos para o exercício.

Já as contratações nos municípios da Faixa de Fronteira ficaram abaixo do valor previsto para o ano que era de R\$ 1.169,3 milhões, tendo sido aplicados nesses municípios R\$ 968,7 milhões, ou seja, 82,8% do valor previsto.

4 – GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

Na aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil deve levar em consideração as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração, conforme Portaria nº 298, de 14/08/2014 e as diretrizes e prioridades definidas pela Resolução Condel/Sudeco nº 030, de 08.09.2014, as quais foram observadas na programação de aplicação de recursos desse Fundo.

Nesse contexto, as principais ocorrências verificadas na aplicação dos recursos do FCO, no exercício de 2015, estão sintetizadas a seguir:

- a) Contratação com recursos do Fundo em todos os estados da área de atuação do FCO;
- b) Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FCO de 15% para contratação por UF, o Banco não atingiu a meta no Distrito Federal (13%);
- c) Houve contratação em todos os 467 municípios da área de atuação do Fundo;
- d) O limite máximo de 30% para contratação do FCO com o Setor de Comércio e Serviços foi atendido pelo Banco, tendo sido aplicado nesse segmento 27,4% (R\$ 1,4 bilhão) do total contratado no período;
- e) O volume maior de contratação ocorreu no Setor Rural, cuja participação alcançou 53,9% do total contratado, acima, portanto, do percentual previsto de 44,3% para o exercício;
- f) No âmbito do Pronaf foi contratado, no período em análise, o montante de R\$ 955,2 milhões, valor 23% superior ao contratado no exercício de 2014 (R\$ 774,7 milhões), sendo 98% desse montante contratado na linha Pronaf Demais (linhas não destinadas a reforma agrária) e apenas 2% aplicados na linha Pronaf RA (linhas destinadas a reforma agrária);
- g) As contratações com tomadores de Menor Porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive empreendedores individuais) representaram 83,3% do valor total em 2015, estando em conformidade com o limite mínimo de 51% fixado para aplicação junto ao segmento de menor porte, conforme Programação do Fundo;
- h) O ticket médio global das contratações do FCO no período foi de R\$ 99,7 mil, redução de 32,8% em relação ao do ano anterior (R\$ 148,3 mil). Considerando apenas as contratações com os tomadores de menor porte esse ticket reduz para R\$ 84 mil;
- i) O ticket médio alcançado nas operações do Setor Rural e do Setor Empresarial foi de R\$ 82,9 mil e R\$ 130,7 mil, respectivamente;
- j) Das 52.900 operações contratadas, 83% se encontram acima de R\$ 10 mil até R\$ 200 mil, 10% até R\$ 10 mil e 7% acima de R\$ 200 mil;
- k) As propostas em carteira e pendentes de análise e/ou em fase de contratação, no final do ano de 2015, somavam R\$ 797,4 milhões, referentes a 1.850 propostas, das quais 997 são para o Setor Rural;
- l) No exercício de 2015, foram realizadas 13.549 operações com novos beneficiários (25,6% do total das operações contratadas no ano), atingindo o montante de R\$ 1,6 bilhão, representando 30,8% do volume total dos recursos do FCO aplicados no período;

- m) Em conformidade com art. 9º da Lei nº 7.827/89, o Banco do Brasil efetuou transferências às Instituições Operadoras do Repasse o montante de R\$ 136,3 milhões, para realizarem 442 operações, ou seja, 2,6% dos recursos aplicado pelo FCO no período, e que representa 37% dos R\$ 369,2 milhões previstos (a estimativa de repasse é de 7%, conforme dispõe a Programação de Aplicação do FCO para 2015);
- n) O Banco do Brasil reprogramou, no âmbito do FCO Empresarial, o total de 7,2 milhões em operações (R\$ 79,1 milhões em 2014); já em relação ao FCO Rural, foram prorrogados R\$ 72,1 milhões (R\$ 29,5 milhões em 2014);
- o) Destaca-se, entre outras ações para incrementar as contratações, a realização pelo Banco do Brasil de palestras junto a entidades de classe, federações, associações, divulgação do Fundo pela Assessoria de Imprensa do Banco, participação em reuniões dos Comitês Regional de Instituições Financeiras (CRIFF) e de Articulação das Secretarias de Estado da área de atuação da Sudeco (CASE), realização de parcerias junto à Secretaria Econômica e de Turismo do DF, à Secretária de Indústria e Comércio do Estado de GO, Sebrae e entidades de classes.

5 – ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

Ao final do exercício de 2015, a Carteira Total do Fundo apresentou um saldo de R\$ 22,4 bilhões, crescimento de 8% em relação ao exercício anterior, no qual registrava um saldo de R\$ 20,7 bilhões. Além disso, cabe observar que 60% do saldo da carteira ao final de 2015 corresponde a operações de crédito contratadas com o setor Rural, mantendo assim o percentual de participação de 2014.

A respeito da composição da Carteira, vale destacar o estado de Goiás que tem a maior participação na Carteira do FCO, com R\$ 7,6 bilhões (33,9%) e o estado do Distrito Federal que tem o menor desempenho da Região nas contratações do FCO, alcançando somente R\$ 2,2 bilhões (9,8%), desempenho, portanto, abaixo do mínimo de aplicação estabelecido de 15% para cada UF.

Outro destaque importante da composição da Carteira do FCO, diz respeito ao risco de crédito das operações, sendo que 98,2% da carteira é composta de operações com risco exclusivo do Banco do Brasil, 1,8% de operações com risco exclusivo do Fundo e apenas 0,02% de risco compartilhado, o que evidencia a preferência do Banco em assumir o risco integral das operações.

O FCO registrou ao final de 2015 um saldo de inadimplência de R\$ 95,5 milhões, produzindo um índice de inadimplência 0,4%, ou seja, uma redução em relação ao exercício anterior, no qual apresentava índice de 0,5%, o que acaba corroborando a atuação e ações que o Banco vem desenvolvendo visando ao controle do crescimento desse índice.

De acordo com as Demonstrações Financeiras do FCO do exercício de 2015, o Fundo teve um prejuízo no período de R\$ 37,6 milhões, uma redução de 30% em relação ao final do exercício anterior, cujo prejuízo registrado foi R\$ 53,9 milhões.

As receitas do Fundo no exercício, composta de 99% por rendas de operações de crédito e rendas sobre disponíveis - o outro 1% dividido entre reversão para crédito de liquidação duvidosa e receita de atualização monetária -, atingiram o valor de R\$ 1,4 bilhão, 8% maior que 2014. Entre essas receitas, destaca-se a renda sobre valores disponíveis, que decorre dos recursos ainda não desembolsados pelo Banco, cujo aumento foi 24% em relação ao exercício anterior.

Já as despesas totalizaram R\$ 1,4 bilhão, sendo que 87% desse valor são relativos às despesas efetivas, como pagamento de *Del credere*, Taxa de Administração, Taxa operacionalização e performance do Pronaf, bem como outras despesas que subdividem em pagamento de auditoria independente, rebates Procer e Rebates da Resolução CMN 4.299/2013.

Observa-se nas demonstrações do FCO que o aumento nas Outras despesas se deve ao fato de no exercício de 2014 ter ocorrido apenas o pagamento de auditoria independente, não tendo ocorrência de rebates Procer e Rebates da Resolução do CMN, ambos pagamentos que ocorreram no exercício de 2015.



Além disso, os outros 13% restantes das despesas totais do período são referentes às Despesas com Provisão, entre elas a provisão para rebates sobre encargos, provisão para bônus de adimplência e provisão para dispensa de correção monetária, não havendo no exercício de 2015 provisão para crédito de liquidação duvidosa, tendo em vista a ocorrência de receitas com a reversão dessa provisão no período.

No Balanço do Fundo de 31.12.2015, os Ativos totais do FCO atingiram o total R\$ 22,6 bilhões, representando um aumento de 10% em relação ao do exercício anterior. Ao mesmo tempo, teve um aumento de disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, de R\$ 231,7 milhões, registrando ao final de 2015 o total de R\$ 486,7 milhões de disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa).

Nesse mesmo período constava no Balanço do Fundo uma provisão para crédito de liquidação duvidosa o valor de R\$ 25,4 milhões, representado 0,1% da carteira total do Fundo.

O Patrimônio Líquido (PL) do Fundo, que representa a soma das Transferências da STN de exercícios anteriores (R\$ 18,3 bilhões), das Transferências da STN do exercício de 2015 (R\$ 2,1 bilhões), Resultados Acumulados de exercícios anteriores (2,2 bilhões) e o Resultado do exercício (prejuízo de R\$ 37,6 milhões), registrou ao final de 2015 o total R\$ 22,6 bilhões, totalizando um aumento percentual de 10% do Patrimônio Líquido em relação ao registrado ao final do exercício anterior.

Outra informação importante que se observa nas demonstrações de 2015 do Fundo é em relação aos valores baixados para prejuízo, cujo montante registrado é de R\$ 317,2 milhões, sendo R\$ 275,1 assumidos pelo Banco do Brasil (87%) e R\$ 42,1 milhões pelo Fundo (13%), o que totaliza uma queda de 18% em relação a 2014, quando foram baixados R\$ 389,0 milhões, R\$ 275,5 assumidos pelo Banco e R\$ 113,4 pelo Fundo.

Vale ressaltar que as demonstrações financeiras do Fundo foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu opinião favorável, em todos os aspectos relevantes, quanto à posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2015.

6 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do FCO, no exercício de 2015, apresenta o desempenho do Banco do Brasil na aplicação dos recursos desse Fundo, que deve estar alinhada com as Diretrizes e Orientações Gerais, às diretrizes e prioridades regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo que tem como referência maior a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Nesse contexto, ao final de 2015, verifica-se que o Banco cumpriu boa parte das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do FCO, ressaltando o bom desempenho do Banco ao aplicar 83,3% dos recursos contratados no período aos tomadores de menor porte.

Além disso, destaca-se, entre outros, o aumento de 37,5% no número de operações contratadas em 2015 (52.900) quando comparado com ao exercício anterior (38.474), apresentando o melhor desempenho dos últimos 3 anos.

No entanto, em relação ao volume de contratação, nota-se que, nos últimos anos, o Banco vem enfrentando dificuldades no cumprimento da aplicação mínima de 15% por UF no Distrito Federal (percentual alcançado 13,3%) e no alcance da meta prevista de aplicar 57% dos recursos do Fundo nos municípios classificados pela PNDR como de renda estagnada ou dinâmica (percentual alcançado 51,3%), os quais devem ser priorizados.

Essas ocorrências já foram objeto de recomendações anteriores e consta na Resolução nº 36, de 29/07/2015, a qual apreciou o Relatório de Gestão do Fundo referente ao exercício de 2014, e que o Banco vem informando a respeito das discussões, em articulação com a SUDECO, o próprio MI e as Instituições Operadoras do repasse, a respeito de ações que visem ao incremento das contratações em municípios de rendas estagnadas e dinâmicas, com vistas a atender à referida recomendação.

No tocante às Demonstrações Financeiras, apesar de o FCO apresentar em seu Balanço um saldo positivo de resultados de exercícios anteriores de R\$ 2,2 bilhões, cabe advertir que, nos dois últimos exercícios, o Fundo registrou prejuízos em suas demonstrações de resultados de R\$ 53,9 milhões em 2014 e R\$ 37,6 milhões em 2015.

Cabe lembrar que esta Secretaria implantou um sistema de ponto de controle para acompanhamento do FCO, que consiste na realização de reuniões trimestrais com a participação do Banco do Brasil e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

A reunião com esses atores, cuja pauta foi a apresentação pelo Banco do Brasil do desempenho do FCO no período de 2015, aconteceu em 02.03.2016, ocasião em que foram discutidos os aspectos mais relevantes sobre o desempenho do FCO no período.

Por fim, considerando que as orientações e metas na aplicação dos recursos do Fundo estão, em sua grande maioria, sendo respeitadas, manifestamos o nosso “de acordo” na aprovação do Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do FCO, referente ao exercício de 2015, com as seguintes recomendações ao Banco do Brasil para que:

- intensifique esforços para atingir o cumprimento da aplicação mínima de 15% por UF no Distrito Federal; e
- em articulação com os Governos dos Estados e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, intensifique esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, por meio da realização de reuniões itinerantes.

Brasília, 07 de julho de 2016.


CLECIO DA SILVA ALMEIDA SANTOS
Assistente

Senhor Secretário,
por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2016.


MARINA SERVATO FERREIRA
Diretora Substituta

De acordo.


DJALMA BEZERRA MELLO
Secretário

Brasília, 07 de julho de 2016.